REVISTA

IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO XII - NÚMERO 68 - BIMESTRAL - 2017
www.ibefrio.org.br

Gilberto Ururahy, diretor da Med·Rio Check-Up

Pedro Dutra: o privilégio do saber

Hélio Saboya Filho: governos e governanças

Matheus Borella: mercado de capitais islâmico

Alexis Villamar: o Equador e as oportunidades com o Brasil

Cristiano Oliveira: novos aeroportos e tecnologias inteligentes

IBEF
Rio de Janeiro

• VLT Carioca: legado dos Jogos 2016 e símbolo da modernização do novo Rio de Janeiro.

mood\TBWA

• CCR Metrô Bahia: início da operação da Linha 2 do metrô de Salvador, ajudando milhares de pessoas a chegar mais cedo aos seus destinos.

• BH Airport: inauguração do novo terminal do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, elevando a capacidade de atendimento e ajudando a fazer desse um dos aeroportos mais modernos e confortáveis do Brasil.

• ViaRio: entrega da via que reduziu significativamente o tempo de deslocamento entre as zonas oeste e norte cariocas.

ESTES SÃO ALGUNS DOS PRINCIPAIS INVESTIMENTOS REALIZADOS PELAS EMPRESAS DO GRUPO CCR.
OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO PASSAM POR AQUI.

O Grupo CCR continua trabalhando e investindo para melhorar a infraestrutura brasileira, como é possível ver pelas obras entregues e pelos bilhões de reais que estão sendo investidos em rodovias, aeroportos e mobilidade. Um compromisso que também inclui a busca por novos negócios, desde que bem estruturados e sustentáveis, como tudo o que o Grupo CCR faz pelo desenvolvimento do Brasil.

GrupoCCROficial YouTube GrupoCCROficial www.grupoccr.com.br

É por aqui que você chega lá.

CCR

Editorial

Mudanças já!

Instituições representativas da indústria, comércio e serviços, segmentos que respondem por parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e pela geração de milhões de empregos, têm se manifestado de forma contundente em defesa de medidas que consideram primordiais para o crescimento sustentado do país.

As reformas previdenciária e trabalhista são apontadas como inadiáveis. Sem a adoção de medidas concretas, o futuro das próximas gerações estará comprometido.

O IBEF abraça essas causas, saúda e torce para que esses dois temas tenham final feliz e rápido no Congresso, iniciativas que farão nossa economia e o país melhorar.

A sociedade pede "mudanças já". Quer a afirmação de valores éticos, na política e nos negócios; quer a modernização de regras e modelos; menos ingerência do Estado; a eliminação de engessamentos; um planejamento de longo prazo com metas estabelecidas; queremos investimentos para crescer e prosperar. Para o desencadeamento dessas mudanças, esses dois caminhos que começam a ser trilhados (Previdência e Trabalho) parecem ser um início correto.

A **Revista IBEF** chega ao seu número 68 trazendo importantes assuntos que visam contribuir para o crescimento econômico do Brasil.

Junho 2017

Marcos Chouin Varejão

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão.

CAPA.....2
Gilberto Ururahy, diretor da Med-Rio Check-Up.

OPINIÃO.....6
Pedro Dutra: o privilégio do saber.

OPINIÃO.....8
Hélio Saboya Filho: governos e governanças.

OPINIÃO.....9
Cristiano Alves de Oliveira: novos aeroportos apostam em tecnologias inteligentes para gestão de voos.

OPINIÃO.....10
Alexis Villamar: Equador supera em mais de 22% o volume de exportações para o Brasil.

OPINIÃO.....12
Matheus Borella: desafios fiscais, mercado de capitais islâmicos e oportunidades para o Brasil a meta neste ano.

OPINIÃO.....14
Alexandre Franco Caetano: cooperativismo de crédito no Brasil: capilaridade e qualidade.

OPINIÃO.....16
Roberto Castello Branco - Para além dos cortes de gastos: privatizar é preciso.

ECONOMIA.....18
Nuno Vieira: CFOs buscam aprimorar *insights* para ajudar no crescimento de suas empresas.

DAY TRADE.....20
Coluna de informação.

OPINIÃO.....22
Pedro Lopes: China e Trump: o que está em jogo?

OPINIÃO.....24
Jessé Torres Pereira Junior e Thaís Boia Marçal - *Compliance* e acordo de leniência: convergência necessária

OPINIÃO.....25
Aline Brum e Rannison Silva: felicidade no trabalho.

NACIONAL.....26
Nissan em Resende (RJ) completa 3 anos e segue acelerando.

ESTANTE.....27
Coluna sobre publicações editoriais.

NACIONAL.....28
Estudo analisa propostas para regulamentar tratamento de dados pessoais no Brasil.

NACIONAL.....29
Artex faz 80 anos.

NACIONAL.....30
Bilheteria Digital se consolida no mercado de eventos.

NACIONAL.....31
Dominique Marceau é o novo diretor geral da divisão de produtos da L'Oréal no Brasil.

JURISPRUDÊNCIA 1.....32
Dentista é condenado por vender recibos falsos para dedução de imposto de renda.

JURISPRUDÊNCIA 2.....33
TRF3 determina que sus forneça medicamento de alto custo a paciente portadora da doença de Fabry.

NACIONAL.....34
O mercado de satélites e telecomunicações em 2017.

OPINIÃO.....36
Sergio Fernando Moro: independência judicial e abuso de autoridade.

OPINIÃO.....38
Carlos Heitor Campani e Sandro Azambuja: o governo cedeu às pressões dos grupos que fizeram campanha política contra a Reforma da Previdência.

NACIONAL.....39
CEO Hering figura no ranking dos 100 líderes de negócios no Brasil.

OPINIÃO.....40
Felipe de Oliveira Azevedo: taxa de juros em queda traz oportunidades de investimentos.

Gilberto Ururahy, diretor médico da Med-Rio Check-Up

Formado em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1974, Gilberto Ururahy, diretor-médico da Med-Rio Check-Up, é pioneiro, no Brasil, no check-up feminino, ao qual se dedica há 26 anos, com mais de 70 mil homens e 30 mil mulheres examinadas. Ao todo, a clínica fundada por ele, hoje com unidades em Botafogo e na Barra da Tijuca, já realizou mais de 100 mil *check-ups* em executivos de ambos os sexos, de grandes empresas nacionais e multinacionais. A medicina preventiva é um marco na carreira desse profissional, que conquistou posição de destaque ao promover a saúde a partir desse conhecimento. Não por acaso, seu trabalho cruzou fronteiras, o que lhe conferiu inúmeros reconhecimentos. Ururahy é diretor e responsável pelos comitês de saúde da Câmara de Comércio Americana (AmCham) e da Câmara de Comércio Franco-Brasileira, na qual também é conselheiro. O conceito desenvolvido por ele já foi implantado em Genebra, Suíça, e, em breve, será levado para Paris. O médico, que já foi homenageado, no Rio, com as medalhas Pedro Ernesto e Tiradentes, recebeu, neste mês, a Ordem Nacional do Mérito da França, insígnia outorgada pelo presidente François Hollande, e a medalha da Academia Nacional de Medicina da França, país onde cursou o Liceu.

Revista IBEF - O estresse no ambiente de trabalho reduz a imunidade do organismo e pode levar a doenças como gripe, herpes e até mesmo câncer. Qual é a importância da promoção da medicina preventiva nas empresas atualmente?

O stress crônico é o grande vilão da saúde do homem moderno. Através dos hormônios específicos do stress - adrenalina e cortisol –, injetados na corrente sanguínea permanentemente, o corpo do indivíduo se fragiliza e as portas se abrem para as mais diversas doenças, dependendo das individualidades. Esses hormônios secretados de forma crônica representam o vetor para o estilo de vida inadequado empreendido por nossa população. Cortisol em excesso significa imunidade baixa, repercutindo para uns em infecção de repetição, para outros, gripes, herpes para terceiros e até mesmo câncer. A importância da medicina preventiva se tornou cultural. No passado, o check-up médico era praticado pelos executivos das empresas como um benefício oferecido a eles. Hoje, é entendido no âmbito corporativo como uma ação de segurança empresarial. Ter um profissional estratégico afastado de suas funções por uma doença que poderia ter sido detectada precocemente, quando de um exame preventivo, o custo é muito alto. A engrenagem empresarial emperra até que a substituição ocorra.

Revista IBEF - A medicina no Brasil parece ser muito mais paliativa do que preventiva. Como conscientizar a população sobre os benefícios dos check-ups, por exemplo?

Cada vez mais vemos a cultura da medicina preventiva crescer na população como um todo. O ideal seria que todas as camadas de nossa sociedade pudessem ter acesso aos exames preventivos. O custo da saúde pública cairia significativamente. Hoje, nos grandes centros urbanos, a medicina preventiva é a especialidade que mais cresce. Temos por norma, desde o início de nossos trabalhos, informar à sociedade dos diagnósticos que realizamos em nossas clínicas, criamos campanhas anuais de prevenção para nossos clientes e, periodicamente, publicamos livros inerentes ao trabalho médico preventivo. Não temos dúvida que o homem vive cada vez mais e breve seremos centenários. Para cada ano vivido pela humanidade, ganhamos 3 meses de expectativa de vida. Afirmamos que o caminho para a longevidade com autonomia passa fundamentalmente pela prevenção.

Revista IBEF - Quais os riscos que um ambiente de trabalho estressante oferece para seus funcionários? Quais são os sintomas de que o trabalho está fazendo mal à saúde?

O ambiente de trabalho é o local onde as pessoas passam mais tempo de seu cotidiano. Muitos até moram no trabalho e dormem nos aviões. Onde não existe equilíbrio, o mal-estar se estabelece. O nosso trabalho consiste em identificar no corpo de nosso cliente como o stress se manifesta. Tudo é muito individualizado. Como falamos acima, observamos, em nossos exames, diariamente, inúmeros casos que vão da gastrite à hipertensão arterial; da insônia às arritmias cardíacas; da depressão aos cânceres. Mais importante do que diagnosticar doenças, nosso trabalho é focado na promoção à saúde. É claro que, muitas vezes, fazemos diagnósticos importantes e, quanto mais precoce um diagnóstico, melhor o prognóstico de cura da doença.

O stress tem suas características: é democrático, atingindo a todas as camadas da sociedade; é cumulativo...esta foi a última gota...; e também é contagioso. Aqueles que já conviveram com indivíduos estressados no âmbito corporativo, sabem o que estamos falando.

Revista IBEF - De que forma uma equipe mais saudável pode influenciar no desempenho da empresa?

É natural que uma equipe saudável tende a produzir de forma mais eficaz. O conceito de saúde vai além do "não ter doença". O equilíbrio é sempre a melhor conduta. Por exemplo: na alimentação, na organização da agenda do cotidiano, incluindo uma atividade física regular, horas para si próprio e para a família, buscar um sono de qualidade, investir em um círculo relacional interessante...

Revista IBEF - O senhor participou no fim de março de uma palestra do movimento Elas Por Elas sobre a saúde da mulher moderna. Como a dupla ou até tripla jornada pode ser nociva à saúde das mulheres? Como contornar?

Quando ingressamos com nossos trabalhos em 1990, a mulher estava se inserindo no mercado. Aquelas que praticavam a prevenção, quando praticavam, eram examinadas para avaliação do colo uterino e das mamas. Hoje, o check-up feminino completo é uma realidade. Aliás, fomos também pioneiros nesse sentido. Em nossas clínicas, a Medrio Check-up disponibiliza mamógrafos digitais próprios para o complemento dos exames preventivos para as mulheres. A mulher atual está desenvolvendo doenças que antes eram observadas mais comumente nos homens. A mulher executiva fuma mais que o homem, bebe regularmente, seus níveis de colesterol são iguais ao do cenário masculino. Em 1990, para cada 9 infartos do miocárdio, 1 era em mulher. Hoje, para cada 3 infartos, 1 é em mulher. A Sociedade Brasileira de Cardiologia fala de epidemia de infartos em mulheres jovens.

35% dos lares brasileiros são comandados por mulheres. Mulheres que cuidam das suas casas, dos filhos, do seu trabalho, que inclui viagens, MBAs em bancos universitários... Somos produtos do meio em que vivemos. A mulher virou presa fácil para as ações do stress. 80%, segundo Harvard, de todas as consultas médicas em ambulatórios, consultórios e hospitais, têm relação direta com o stress do cotidiano. Neste contexto, o check-up médico é ferramenta fundamental para apontar os fatores de risco para a saúde do indivíduo e, no pós check-up, como nossos médicos, desenvolvemos programas individualizados de promoção à saúde, a fim de corrigi-los.

Revista IBEF - O que é lifestyle medicine e como fatores do nosso dia a dia podem nos ajudar a ter uma vida mais longa e saudável?

Segundo Stanford, o estilo de vida inadequado é a causa de 73% dos óbitos que ocorrem nos grandes centros urbanos. Lifestyle Medicine é a medicina aplicada ao estilo de vida. A partir de nossos programas voltados para a promoção da saúde, levamos em consideração o estilo de vida empreendido pelos nossos clientes, apontamos os fatores de risco à saúde apresentados no check-up médico e buscamos corrigi-los com a mudança no estilo de vida até então empreendido. As mudanças quanto a otimização da saúde do indivíduo, serão observadas no check-up seguinte.

Revista IBEF - A Med-Rio é especializada em check-ups para executivos, pessoas que geralmente vivem com pressa e têm a agenda bastante apertada. Como se dá o check-up?

O nosso core business é o check-up médico completo para nossos clientes em uma manhã ou uma tarde, de 2ª a sábado em nossas duas unidades, Botafogo e Barra, em dias exclusivos para homens e mulheres, durante 5 horas realizamos o check-up médico completo para nossos clientes. A partir de uma equipe médica multidisciplinar, com 12 especialidades, complementados com exames de imagens de ponta, métodos gráficos e análises laboratoriais, em 24 horas úteis após os exames, nossos clientes recebem em seus celulares, a partir do download do nosso aplicativo exclusivo, seus resultados. Hoje, após 27 anos de atuação em nosso segmento e, com mais de 100 mil check-ups médicos realizados, a MedRio Check-up é líder brasileira do mercado.

Revista IBEF - Como a medicina preventiva pode ser usada na segurança empresarial? O número de empresas procurando esse tipo de serviço para seus funcionários aumentou?

Nossos ancestrais já afirmavam que é melhor prevenir do que remediar. Assim é a medicina preventiva. Melhor do que curar é prevenir. As empresas já perceberam que mais vale investir na saúde do que gastar na doença, com todas as suas consequências. Quando um profissional estratégico

é afastado de suas funções por uma doença que poderia ter sido identificada em fase inicial ou mesmo prevenida, o custo de substituição desse profissional é extremamente elevado e a sensação de insegurança é transmitida para a sua equipe. A perda é muito grande nos mais variados sentidos. Perde-se a empresa, a família do profissional e a sociedade com os elevados custos na saúde assistencial.

Revista IBEF - Em que sentido a Med-Rio foi pioneira em medicina preventiva no Rio?

Em 1990, quando ingressamos no mercado, fizemos questão de manter nossa clínica longe do ambiente hospitalar. Entendemos o hospital como a casa da doença, o local que acolhe doentes, não sendo portanto, o melhor ambiente para acolher clientes "saudáveis". Agregamos ao nosso conceito uma equipe médica de ponta, constituída por vários professores universitários, utilizamos equipamentos de alta tecnologia e modernizados constantemente, nos servimos de um laboratório para as análises clínicas com excelência no mercado e, permanentemente estamos inovando. Tudo em um ambiente moderno, confortável e seguro. Cada detalhe da nossa prestação de serviço é observado com lupa, desde o café da manhã que é organizado pelo consagrado chef Roland Villard, até os nossos vestiários que foram organizados por um hotel 5 estrelas. Todo material de contato com nosso cliente é descartável e temos uma central de esterilização para os equipamentos invasivos. Assim, buscamos constantemente o encantamento do nosso cliente. Seguramente, nosso *check-up* não deve, absolutamente nada, muito pelo contrário, aos daqueles dos grandes centros urbanos do mundo.

Revista IBEF - A Med-Rio é associada à entidades do mercado financeiro e Câmaras de Comércio?

Há aproximadamente 8 anos a MedRio Check-up é filiada à AmCham-Rio. Desde o nosso ingresso, criamos o Comitê de Saúde, do qual, com muita honra, somos o Chairman deste Comitê. A AmCham-Rio é um fórum privilegiado, onde tudo que diz respeito ao mundo corporativo e business entre Estados Unidos e Brasil são debatidos. Recentemente em nosso Comitê, promovemos uma palestra intitulada "Compliance em Healthcare", que foi um sucesso. Tema da maior relevância que impacta na ética e na transparência das ações voltadas para o meio interno e externo à empresa prestadora de serviço. Mais do que nunca, o mercado exigirá dessas empresas o seu Código de Conduta. Por exemplo, a empresa que contrata serviço de saúde deverá visitar clínicas e observar in loco tudo o que diz respeito às suas ações rotineiras, que poderão impactar na qualidade dos serviços prestados e na segurança dos resultados. Assim, conhecer a central de esterilização da clínica que presta serviço, trilhar e saber onde o sangue de seu profissional será analisado, observar se todos os equipamentos que contemplam um check-up estão implantados na própria clínica e são aferidos periodicamente, identificar se a forma de remuneração aos médicos que prestam serviço à clínica não gerará passivo trabalhista por solidariedade, para quem contrata... são alguns exemplos que serão cada vez mais exigidos e observados pelo mercado. Recentemente, implantamos o nosso Código de Conduta, para satisfação de todo nosso meio interno.

Avaliamos a parceria com a AmCham-Rio como muito importante e estratégica para o nosso negócio e quem sabe em breve, teremos parceria com o IBEF.

Revista IBEF - Fale-nos dos livros que o senhor já lançou e das palestras já proferidas?

Sou autor de três livros: "Como se tornar um bom estressado", da Editora Salamandra – 1997; "O cérebro emocional", da Editora Rocco – 2005 e "Emoções e Saúde", da Editora Rocco – 2015.

Já dei palestras em várias instituições de renome, entre elas, no MIT – Cambridge – USA, em 2011 - "A globalização e a saúde do nômade contemporâneo" e na Academia Nacional de Medicina, em 2014 – "Melhor que curar é prevenir".

O privilégio do saber

*Pedro Dutra**

Em março de 1951, realizou-se em Washington a IV Conferência Interamericana de Chanceleres com um objetivo, fixado pelos anfitriões, de reforçar o apoio à política externa norte-americana, no auge da Guerra Fria, que enfrentava a sua mais dramática prova: desde junho anterior, tropas norte-americanas, ao lado de sul-coreanas, combatiam as forças do norte fortemente amparadas pelas chinesas. Os combates alastravam-se pela península coreana, e a produção de material bélico nos Estados Unidos crescia e demandava minerais especiais, que o Brasil poderia suprir. Mas não só. Citando o exemplo da participação do Brasil na Segunda Guerra, os norte-americanos queriam contar novamente com as tropas brasileiras na Coréia.

Recém empossado, Getúlio Vargas, que negaria o pedido de tropas, enviou seu chanceler João Neves da Fontoura, e este nomeou San Tiago Dantas seu assessor especial, a Conferência. O jovem professor e já reconhecido jurisconsulto teve uma participação significativa, ao San Tiago defender vigorosamente o pleito brasileiro, de financiamento a projetos industriais, pelos recém criados organismos internacionais, controlados pelos norte-americanos, entre eles o Banco Mundial e o Eximbank.

Em contato com a elite da diplomacia norte-americana, formada por quadros extraordinariamente bem habilitados, assim como os técnicos que iam sendo recrutados por esses organismos, ficou evidente a San Tiago que as postulações brasileiras, a serem apresentadas a esses órgãos, precisariam de um refinamento técnico que o funcionalismo público nacional não poderia prover.

Em carta a Getúlio, San Tiago recomendou a seleção de técnicos e o preparo específico deles, para elaborar e negociar propostas de financiamentos aos projetos brasileiros. E assim foi feito. O intercâmbio entre técnicos brasileiros e norte-americanos teve inicio, por meio de bolsas de estudos e também com o contato entre os integrantes da Comissão-Mista Brasil Estados Unidos, que logo começou seus trabalhos, e cujos frutos foram significativos, entre eles a criação do BNDE.

Sessenta e seis anos depois o que os últimos governos tem feito para melhor qualificar seus funcionários públicos? No momento em que o país se acha à beira de um precipício fiscal, onde já mergulharam alguns de seus maiores estados, a discussão das reformas mostra uma população atônita assistindo à defesa encarniçada por privilégios que se foram acumulando em alguns extratos superiores do funcionalismo público nacional.

Qualquer que seja o desfecho das reformas, uma outra, essencial, precisa ser logo encaminhada: a da administração pública brasileira.

**Advogado.*

Delivery e Atracação
Serviço de entrega nas embarcações e embarque e desembarque gratuitos por até 4h de permanência.

Estacionamento
Conforto e Segurança
Desconto exclusivo para clientes

Transporte Exclusivo
Grave nosso telefone na sua agenda!
Aeroporto Santos Dummond e EmporioRio. **solicite através do telefone (21) 2556-1201*

EMPÓRIO RIO

Reservas: (21) **2556-1201**

emporiorio.com.br *emporiorio*

Governos e governanças

*Hélio Saboya Filho**

No relatório intitulado Governance and Development, de 1992, o Banco Mundial definiu governança como "a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando ao desenvolvimento". O adjetivo "corporativo" a transpôs como um principio norteador do relacionamento entre as empresas e seus acionistas, investidores e o mercado como um todo.

Em 2002, como resposta a uma enxurrada de bilionários escândalos com reflexos nas bolsas de valores de todo o mundo, o Congresso norte-americano aprovou a Lei Sarbanes-Oxley (SOx), visando a proteger os investidores por meio da exatidão e transparência das divulgações corporativas e outros fins.

Além de valer para todas as companhias cujos valores mobiliários circulam na Bolsa dos EUA, a lei foi replicada em sistemas jurídicos e regulatórios de diversos países.

Um quarto de século após as diretrizes firmadas pelo Banco Mundial e quinze anos após a promulgação da SOx, a Operação Lava-jato desvendou os desmandos a mando de mandarins com assento em postos de chefia estatais, paraestatais e empresariais, com resultados catastróficos para a coisa pública e para o desenvolvimento sócio-econômico brasileiro.

Como o surrado bordão "nossa preocupação é o freguês", tais empresas se apresentavam como adeptas das "melhores práticas de compliance e governança corporativa", mas a promiscuidade entre o público e o privado reduziu a um biombo virtual, inócuo para esconder o conluio entre empresários e agentes políticos – os primeiros enganando investidores, os segundos eleitores.

Pobre daquele que, a um só tempo, verteu suas economias em uma dessas empresas e votou em um desses representantes do povo.

Não se ignora que o "fim do mundo" está só começando. Como assinalado pelo Min. Luís Roberto Barroso, "onde você destampa tem alguma coisa errada" e remanescem tampados os bueiros de segmentos empresariais como bancos, montadoras de veículos, empresas de comunicação, agronegócio, laboratórios, etc., e do lado do poder público, os ralos das agências reguladoras, dos bancos de fomento, do Judiciário, das Procuradorias, etc.. O apocalipse não tem pressa,

Da despretensiosa investigação de um posto de gasolina resultou a combustão espontânea de um mega-esquema de corrupção. Delações, senão igualmente espontâneas, premiadas, têm a calibragem das penas regulada pelo peso da carga viva entregue aos frentistas da Operação, que, contudo, de vez em quando, erram na dosimetria e aliviam a pressão.

Com a crescente elevação da temperatura política, não haverá lubrificante e nem ventoinha que reduza o desgaste causado pelo atrito entre, de um lado, esses agentes públicos e privados, e, de outro, eleitores e investidores, cujas desconfianças desestimulam a realização de dois atos essenciais à recuperação do pais: votar e investir.

Não será a tentação legislativa de recauchutar as regras de governança que irá nos livrar desse processo corrosivo da fidúcia, que deve presidir decisões sobre em quem votar e aonde investir.

Parar não pararmos no ferro-velho, o que verdadeiramente importa é cassar a carteira desses maus motoristas que atravessam a faixa de pedestres, na contramão, com o sinal fechado e em velocidade máxima, mas que por pilotarem carros oficiais e automóveis importados, mesmo cientes da existência do radar, têm motivos de sobra para crer que dariam um jeitinho de não serem penalizados. Vale para políticos e vale para CEOs.

** Sócio fundador de Saboya, Direito e Muanis Advogados..*

Novos aeroportos apostam em tecnologias inteligentes para gestão de voos

*Cristiano Alves de Oliveira**

O número de pessoas que viajam de avião vem crescendo ano a ano. Em 2005, somente 16 aeroportos em todo o mundo chegavam a receber mais de 40 milhões de passageiros por ano. Atualmente, o número mais do que dobrou, indo para 37 aqueles que recebem o mesmo fluxo. Com o aumento, adotar infraestruturas inteligentes se tornou uma exigência para os aeroportos, que buscam excelência em sua gestão de voo e de passageiros, proporcionando cada vez mais comodidade aos viajantes.

A competição entre os grandes aeroportos para que as linhas aéreas os definam como sua base de operações é acirrada. Porém, gerenciar com precisão centenas de embarques e desembarques pede pela implementação de tecnologias avançadas. O desafio está na gestão de grandes volumes de dados, de forma a facilitar o acesso à informação tanto para funcionários do aeroporto quanto para passageiros, que precisam estar atualizados sobre o *status* de seus voos.

Para gerenciar o tráfego de passageiros em seus terminais, os aeroportos mais avançados estão usando tecnologias de Big Data, sistemas de análise de dados e soluções que permitem o compartilhamento de informações para se tomar decisões de forma colaborativa.

A partir do centro de controle do terminal do aeroporto, todos os processos podem ser monitorados. Deve ser atribuído a cada voo um check-in, monitor de carregamento de bagagens, um portão, uma equipe de segurança, limpeza, etc. Qualquer falha implica no excesso de custos e atrasos. A satisfação dos viajantes não depende somente de sistemas de planejamento, mas também de saber o que está acontecendo em todos os momentos, além de responder a imprevistos em tempo real, encontrando a melhor solução para cada caso.

Simultaneamente, enquanto acontece a gestão do vôo, o tempo de espera do passageiro deve ser agradável, o que faz com que aeroportos precisem ser genuínos centros de lazer. Porém, explorar comercialmente seu espaço, que é cedido às marcas comerciais mais conhecidas, também precisa de uma gestão eficiente. Para tanto, estão disponíveis sistemas de informação georreferenciados, que permitem visualizar o estado de cada local, saber o faturamento do aluguel, os recursos que consomem, e muito mais.

Porém, para que o passageiro possa desfrutar as suas compras, ele não pode estar preocupado com seu voo. A tendência é fornecer todas as informações de voo através do celular, apoiando os já tradicionais painéis de avisos e alertas pelo alto falante.

As próprias lojas e estabelecimentos já estão fazendo um uso cada vez mais intenso de sensores, realidade virtual, aplicações móveis, impressão 3D e pagamentos automáticos para melhorar o serviço oferecido e a ligação emocional com o consumidor, criando espaços que proporcionam uma experiência inteiramente nova de negócio.

Todos os esforços para garantir uma experiência de viagem positiva, no entanto, colidem com os requisitos de segurança cada vez mais rigorosos. As novas tecnologias também tem um papel fundamental neste quesito. Alguns aeroportos já adotaram soluções pioneiras como sistemas automatizados de fronteias, que conseguem validar um documento ou passaporte de um passageiro por meio de análise biométrica.

Mas, se a tecnologia transformou os aeroportos em verdadeiras cidades inteligentes, as mudanças "no ar", realizadas pelos provedores de navegação aérea, são ainda mais intensas. Na Europa, a ideia de que, para passar dos 10 milhões de voos por ano que são geridos hoje para os quase 17 milhões previstos para 2030, é necessário mudar completamente a maneira de voar e modernizar os sistemas de gerenciamento de tráfego que já estão consolidados.

Novas soluções de tráfego aéreo já estão apresentando os caminhos para uma gestão mais eficiente, colocando nas mãos dos controladores novos sistemas que calculam o tráfego mais rapidamente e permitem que os pilotos escolham o caminho mais curto, direto e rápido. O benefício reflete em maior segurança, pontualidade e capacidade de absorver mais tráfego, redução de custos e de emissões de CO_2, o que, em última análise, só trazem benefícios aos passageiros.

** Diretor de Operações de Transporte e Defesa da Indra no Brasil.*

Equador supera em mais de 22% o volume de exportações para o Brasil

*Alexis Villamar**

Em 2016, o Equador diversifica a cartela de produtos exportados para o Brasil, cresce e registra um dos melhores resultados dos últimos quatro anos.

Segundo dados do Instituto de Promoção de Exportações e Investimentos do Equador no Brasil, o ProEcuador, o ano de 2016 registrou o melhor resultado em volume de exportações dos últimos 4 anos.

No total foram 144 milhões de dólares e mais de 51 mil toneladas de produtos exportados para o Brasil. O resultado de 2016 foi 22,31% superior ao registrado em 2015.

A diversificação da oferta de produtos exportáveis para o Brasil é um dos fatores que impulsionou este crescimento. "Tivemos uma grande diferenciação de produtos exportados para o Brasil em 2016. Um exemplo é o GPS (aparelho de radionavegação). Recorde de exportação, o GPS foi um projeto desenvolvido no Equador que agora está sendo exportado para o Brasil. É um produto de grande ajuda para as empresas que precisam deste equipamento.", explica Alexis Villamar, Diretor do ProEcuador no Brasil.

Alexis Villamar, diretor do Pro Ecuador Brasil, está na linha de frente dos trabalhos do instituto no país.

Entre os produtos em destaque estão diversos tipos de pescados e atum, ícones da oferta exportável e no qual o Equador tem grande tradição, sendo um dos países de maior volume de exportação para países do mundo todo.

"Apesar da ocorrência em 2016 de mudanças climáticas provocadas por fenômenos como El Niño e La Niña, o que comprometeu a exportação de pescados e de atum no ano, já no primeiro trimestre de 2017 os volumes voltaram a crescer", explica Villamar.

Para 2017, a expectativa é bastante otimista. E os números do 1o trimestre confirmam. De janeiro a março de 2017, o Equador já exportou quase 39 milhões de dólares para o Brasil. Um número bastante superior em relação a 2016, cujo trimestre registrou pouco mais de 20 milhões de dólares em exportação para o Brasil.

"Este crescimento se deve também ao incremento de 31 novos produtos na lista. São itens que devem consolidar a sua exportação para o Brasil e vão além da oferta exportável, como a produção de antenas que teve crescimento recorde com a mudança do sistema de transmissão de tv analógico para digital, assim também o ingresso de produtos como a Stevia, que é um adoçante natural, e que vem do Equador para o consumidor brasileiro. E por que não falar do palmito, um produto muito conhecido no Brasil, e que agora chega ao Brasil numa variedade gourmet,¨ finaliza Villamar.

No total foram 144 milhões de dólares e mais de 51 toneladas de produtos exportados para o Brasil. O resultado de 2016 foi 22,31% superior ao registrado em 2015.

A diversificação da oferta de produtos exportáveis para o Brasil é um dos fatores que impulsionou este crescimento. "Tivemos uma grande diferenciação de produtos exportados para o Brasil em 2016. Um exemplo é o GPS (aparelho de radionavegação). Recorde de exportação, o GPS foi um projeto desenvolvido no Equador pela empresa automobilística General Motors, que produziu no Equador e exportou uma grande quantidade destes aparelhos para o Brasil", explica Alexis Villamar, Diretor do ProEcuador no Brasil.

Entre os produtos em destaque estão pescados e atum, ícones da oferta exportável e no qual o Equador tem grande tradição, sendo um dos países de maior volume de exportação para países do mundo todo.

"Apesar da ocorrência em 2016 de mudanças climáticas provocadas por fenômenos como El Ninõ e La Ninã, o que comprometeu a exportação de pescados e de atum no ano, já no primeiro trimestre de 2017 os volumes voltaram a crescer", explica Villamar.

** Diretor da ProEcuador Brasil.*

A nº 1 brasileira de auditoria independente acredita que até 2030, o Brasil ocupará o 3º lugar na economia global. **FAÇA SUA ESCOLHA.**

1º lugar
CHINA

2º lugar
ESTADOS UNIDOS

3º lugar
BRASIL

25anos

Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of
BKR
International

55 21 2156-5800

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br | www.lopesmachado.-

Auditoria | Compliance | Consultoria em Fusões e Aquisições | Consultoria Trabalhista e Previdenciária | Consultoria Tributária | Due Diligence

SEDE: Av. Graça Aranha, 416 - 11º andar - Centro | Rio de Janeiro - RJ São Paulo - SP | Recife - PE | Belo Horizonte - MG | Vila Velha - ES

Siga-nos:

Desafios fiscais, mercado de capitais islâmicos e oportunidades para o Brasil

*Matheus Borella**

O fisco sempre foi parte fundamental em qualquer estratégia financeira, passando tanto de micro a grandes empresas, famílias e investimentos de todos os portes e aportes. Em praticamente todas as nações, em tese, os recursos arrecadados pelos governos são (ou deveriam ser) revertidos para o bem comum, para investimentos e custeio de bens e serviços públicos, como saúde, segurança e educação.

Mas não há vinculação entre receitas de impostos e determinada finalidade - ao contrário do que ocorre com as taxas e a contribuição de melhoria, cujas receitas são vinculadas à prestação de determinado serviço ou realização de determinada obra.

Embora a lei obrigue os governos a destinarem parcelas mínimas da arrecadação a certos serviços públicos, o pagamento de impostos não confere ao contribuinte qualquer garantia de contrapartida, deixando o Estado tomar as decisões sobre tais receitas.

Neste sentido, há também a característica dos impostos em refletir as atuais demandas do Estado (suas projeções de despesas, custeio, dívidas e investimentos) bem como também refletir o que a sociedade necessita e aos planos gerais do país em investimentos estratégicos ou mesmo garantindo uma relação minimamente saudável entre o perfil demográfico e econômico e as inspirações da nação.

Apesar do Fisco ser basicamente um efeito das políticas e questões puramente nacionais (e de todos âmbitos de um Estado: União, Estados e Municípios), um Estado deve também estar atento aos movimentos internacionais, de modo que sua legislação tributária possa sempre estar em linha com as transformações financeiras e enomîmcas mundias, visto que, no caso do Brasil somos uma economia relativamente aberta e que busca continuamente aumentar suas trocas comerciais pelo mundo a fora. Um pequeno exemplo disso são as inovações de uma era hiper conectada, com inovações disruptivas a cada dia, como o caso mundialmente conhecido dos Bitcoins bem como o conceito de Blockchain, tão debatidos hoje em dia.

Finanças Islâmicas

Neste âmbito, um país que procura estar cada vez mais no protagonismo tanto regional como internacional, não se pode esquecer também das não tão inovadoras (praticadas desde o séc 13 DC) mas apenas diferentes formas de se fazer comércio e gerar riquezas, diferenças essas que moram do outro lado do mundo, no oriente, as assim chamadas Finanças Islâmicas, ou Banca Islâmica.

As Finanças Islâmicas podem ser definidas como os serviços financeiros que seguem um conjunto de princípios da Lei Islâmica, chamada "Shariah". Esse modelo financeiro proíbe, dentre outros pontos, a cobrança e o pagamento de juros e a comercialização de risco financeiro (encarado como uma forma de jogo ou de aposta futura). Também entram nessa categoria o comércio especulativo ou a compra de dívida sem que se tenha a transferência de um ativo real, que possa ter como lastro ou garantia real sobre a operação e, por fim, o financiamento de atividades consideradas proibidas, tais como a venda de carne de porco ou de álcool e drogas.

Dentro deste universo, destaca-se o Sukuk, nome árabe para um apoio financeiro (empréstimo) ou mesmo ativos, pode ser visto como um equivalente islâmico de "obrigações". No entanto, como destacado a pouco, os juros não são permitidos no Islã. Assim, Sukuk são valores mobiliários que estejam em conformidade com a Shariah. De acordo com Bashar Al-Natoor, analista da Fitch baseado em Dubai, "o mercado de sukuks está crescendo a uma velocidade rápida, mas as opções ainda são basicamente originárias de países de população majoritariamente muçulmana, como Malásia, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Indonésia, que juntos respondem por 90% desse mercado no mundo".

Um grande exemplo de país ocidental que já ingressou nesse enorme mercado é o caso da Grã-Bretanha, que entrou no mercado dos Sukuks (debêntures islâmicas) que desenvolve-se a um ritmo anual de 17%, com previsão que poderá atingir US$ 2,67 trilhões até 2017, de acordo com avaliação da

PriceWaters e Coopers. Segundo Rodolfo Costa (Correio Braziliense), no Reino Unido, os recursos foram investidos em obras dos Jogos Olímpicos de Londres, realizados em 2012. A partir dos títulos, os recursos foram destinados para o financiamento de estradas, pontes e outros empreendimentos de infraestrutura.

Entretanto, para que o Brasil possa adentrar a esse mercado em forte crescimento e grande liquidez, faz-se necessária uma revisão de uma pequena parte de sua estrutura fiscal, que é o caso do ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis.

Em 1988 a Constituição Federal, no artigo 156, inciso II. o Código Tributário Nacional - CTN (Lei 5.172, de 25.10.1966) que rege o ITBI em seus artigos 35 a 42 a Constituição Federal estipulou a incidência desse imposto. Seu fato gerador definido seria a transmissão, por ato oneroso, de bens imóveis, excluindo-se a sucessão (causa mortis). Em termos de legislação ordinária, o ITBI, sendo da competência dos Municípios, tem legislação própria para cada um deles.

Do ponto de vista de sua não incidência, o ITBI não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos, sendo: I – quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito; II – quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.

A não-incidência não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição. Ainda segundo a Código Tributário Nacional, a base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos e o contribuinte do imposto é qualquer das partes na operação tributada, como dispuser a lei.

E é justamente nesse contexto que por meio da aplicação da ITBI que os aportes Sukuks poderiam sofrer bitributação caso não houvesse uma mudança na legislação. Com base na constituição do imposto, devido ao fato de ser operações de compra e revenda de um bem na forma de títulos, o processo ficaria quase inviável, com dupla incidência de Imposto sobre a transmissão de bens imóveis.

Sendo assim, não que seja um fator preponderante de bloqueio de novas transações de Sukuks no Brasil, mas torna-se clara a necessidade de que para estes tipos de ativos ocorra uma alteração na aplicabilidade do ITBI (fato gerador) de modo que a bitributação não ocorra, ou seja, fazer com que a operação seja mais competitiva, do mesmo modo como ocorre em uma instituição bancária tradicional (ocidental).

Caso isso ocorra, seria um grande avanço para o mercado de capitais brasileiros, bem como para o aumento das ofertas e da liquidez para o tomador de crédito no Brasil. Desta forma, abre-se uma importante porta para que se financie grande projetos, tais como infraestrutura, na cadeia dos agronegócios e energia, por meio de um modelo seguro, sólido e alternativo de capital.

**** Consultor de Negócios Internacionais da Mercator Business Intelligentsia e representante permanente do CJE no COSAG (Conselho Superior do Agronegócio).***

Cooperativismo de crédito no Brasil: capilaridade e qualidade

*Alexandre Franco Caetano**

O Brasil precisa de crédito. Crédito consciente e sustentável.

Precisamos principalmente do crédito para incentivo à produção e ao investimento. Crédito que fomenta o desenvolvimento do país. O cenário global de déficit de empregos, nossa tendência de não satisfazer a necessidade de postos de trabalhos, a desindustrialização do país, geram uma urgência no aumento da concessão responsável de crédito.

Ainda mais difícil é, em um país continental, estabelecer estruturas de atendimento e de concessão de crédito que considerem as realidades simultaneamente dos grandes centros e dos rincões mais distantes, tanto pelo custo operacional de tal estrutura de atendimento e de concessão, quanto pelos riscos envolvidos, versus o valor das operações contratadas. O cooperativismo de crédito se apresenta como solução.

Filosofia humanizada de acesso ao capital. Resolvendo a distância entre o empreendedor e o capital, dentro do capitalismo.

A escassez de crédito toma formas diferentes por região do país. Imagine a escassez há mais de 100 anos. Imagine a dificuldade de acesso ao crédito que teria um produtor rural, ou o proprietário de uma pequena manufatura a centenas de quilômetros de um centro urbano. E é ali que nasce o cooperativismo de crédito no Brasil. Em 1.902, em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, com o Padre Jesuíta Theodor Amstadt[1] , unindo pessoas e trazendo de sua vivência na Europa o verdadeiro espírito do cooperativismo à vida: a causa de unir pessoas e gerar desenvolvimento para cada indivíduo, garantindo assim um grupo maior também desenvolvido, uma comunidade mais forte.

Desde 1.902 o cooperativismo cresceu a ponto de buscar os 5% de participação do mercado nacional. Estão listadas hoje no Banco Central 1.038 cooperativas de crédito, sendo que 4 delas somadas ocupariam a posição de 6ª instituição financeira no país.

União democrática e prática de pessoas para o bem da comunidade.

Uma cooperativa de crédito é, portanto, um empreendimento de pessoas físicas e jurídicas que têm direito a voto, de forma democrática, que pode aceitar novos associados e que tem seu resultado, seu lucro, sendo retornado diretamente para os associados, segundo critérios votados por todos: por meio da distribuição entre os associados, reinvestimento na cooperativa, investimento em ações sociais, entre outros. As cotas que cada associado adquire de uma cooperativa comporão o capital do empreendimento e receberão valorização a partir da decisão da gestão. Tais cotas não são negociáveis em mercado e serão recompradas pela cooperativa segundo regras definidas em cada estatuto, caso o associado queira sair da cooperativa. Ou seja: quem usa uma cooperativa é dono e não cliente!

Reconhecimento legal, governança, humanização: impulso para o cooperativismo.

O marco legal do cooperativismo, a lei 5764/71, em seu artigo 79º define o "ato cooperativo" que significa a transação entre cooperativa e seus associados e torna claro que o relacionamento comercial entre eles é específico entre partes e não resulta contrato de compra e venda.

A partir da constituição de 1.988 as cooperativas de crédito passam a ter maior sustentação legal. Em 2.003 a resolução 3.106 do Bacen passa a regulamentar a constituição de novas cooperativas de livre admissão, viabilizando assim mais um ciclo de crescimento do cooperativismo.

Graças ao fato de existirem lideranças que mantiveram a "causa" – "tendo o homem como principal finalidade e não o lucro" – e profissionalizaram a si e às suas equipes, bem como estimularam a prática da governança e aplicação das melhores técnicas de gestão, houve grande geração de segurança e sustentabilidade nos últimos anos.

O resultado é que onde existir o espírito de comunidade geograficamente organizada, o cooperativismo pode tornar-se o principal meio intermediador de capital. Tendo em cada ponto de atendimento pessoas que representam a comunidade, conhecem o risco da praça, o risco do tomador. Somando-se a isto técnicas modernas de concessão o empreendimento cooperativo garante alta qualidade na concessão do crédito.

Sustentação real do crédito em suas praças de atuação.

Prova disto é que mesmo na crise sem precedentes que vivemos o cooperativismo continua crescendo. Embora com 5% do mercado brasileiro, nos rincões de nosso país há locais que a maior parte do crédito é dependente da atuação da cooperativa.

Finalmente, tanto pela filosofia quanto pela preparação crescente dos profissionais que hoje atuam nas cooperativas, elas têm assumido papel social em suas comunidades, fomentando e realizando educação financeira, fomentando o empreendedorismo, programas sociais de relevância para a sociedade, firmando-se como entidades financeiras indispensáveis ao crescimento local e de nosso país e representando modelo inovador e relevante para nosso desenvolvimento.

** Sócio da empresa Forz Associados.*

Experiência = Eficácia

BRANCO

www.brancoconsultores.com

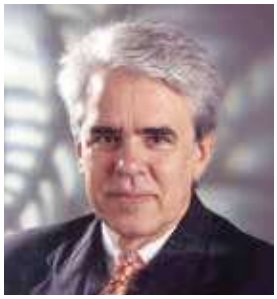
- CONSULTORIA TRIBUTÁRIA
- ASSESSORIA JURÍDICA TRIBUTÁRIA
- PERÍCIAS CONTÁBEIS

RIO DE JANEIRO
Rua da Assembléia, 77 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro
CEP 20.011-001
Tel.: 21 3231 5900
Fax: 21 2531 9388

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana - São Paulo
CEP 04.101-000
Tel.: 11 5087 8910
Fax: 11 5087 8810

Para além dos cortes de gastos: privatizar é preciso

*Roberto Castello Branco**



Apesar do sério desequilíbrio fiscal, agravado por uma previdência social cheia de privilégios e custo insustentável, e das distorções que destroem a produtividade e o crescimento econômico, o Congresso Nacional desvia atenções para tentar salvar membros corruptos da Lava Jato.

É fundamental que o interesse público prevaleça sobre interesses pessoais e a prioridade deva ser a realização das reformas estruturais. Não há incompatibilidade entre reformas estruturais e programas sociais. O crescimento da produtividade é o melhor programa de inclusão social, como demonstra a experiência chinesa nos últimos 40 anos.

Não faz sentido um Estado endividado manter capital alocado a atividades que podem ser exercidas com vantagem pela iniciativa privada, enquanto prioridades sociais, como investimentos em educação, saúde e segurança pública, são negligenciadas. Empresas estatais são movidas por incentivos que não só não conduzem à maximização de eficiência mas às vezes antagonizam esse objetivo. Costumam ser utilizadas por governos como instrumento político para executar atividades estranhas ao seu objetivo social, abrigar apadrinhados e atuar como fontes de corrupção.

Um dos fenômenos importantes da economia global nos anos 90 foi a significativa redução da intervenção direta do Estado na atividade econômica, com programas de privatização na Europa (emergente e desenvolvida), Ásia e América Latina.

No Brasil, foi executado o Programa Nacional de Desestatização (PND), cujo saldo mostrou-se positivo. Setores inteiros da economia foram privatizados e o Tesouro Nacional pôde abater US$ 112 bilhões de dívida pública. Adicionalmente, ocorreu a privatização ou liquidação de bancos comerciais estaduais, que atuavam como verdadeiros mini bancos centrais e focos de desperdício.

O propósito efetivo do PND foi a maximização de receita no curto prazo, com a adoção do modelo de "núcleo duro", a venda do controle acionário de estatais para consórcios de investidores, responsável por distorções que impediram a plena realização dos benefícios potenciais da reforma do Estado.

Diferentemente do Reino Unido, em que se procurou conciliar a melhoria das finanças públicas com o desenvolvimento do mercado de capitais, com ampla participação de investidores privados, a experiência brasileira conduziu à predominância do capitalismo de Estado. Em lugar do capitalismo moderno, em que a propriedade das empresas é dispersa entre milhares de investidores, optamos pelo atraso institucional. As empresas desestatizadas passaram a ser controladas por associações de grupos privados com o BNDES e fundos de pensão de grandes estatais, verdadeiras vacas sagradas que por motivos não muito claros não foram incluídas no PND.

Má governança é uma doença crônica entre os fundos de pensão de estatais, principalmente pelo uso político em detrimento de seu propósito original, investir com racionalidade seus ativos para pagar aposentadorias e pensões aos filiados. A influência do governo sobre fundos de pensão é transmitida para as empresas controladas, forçando-as às vezes a tomar decisões conflitantes com a alocação eficiente do capital.

Os males causados pelo capitalismo de Estado em nosso País abundam. Bilhões de reais de crédito subsidiado sem a contrapartida de aumento de investimento e/ou produtividade, quebras de campeões nacionais, como LBR, OGX e OI, incentivos fiscais que só incentivaram o déficit público, prejuízos bilionários em fundos de pensão de estatais etc.. Mais recentemente, eclodiram pressões políticas explícitas para mudar a diretoria da Vale, o que soou esdrúxulo,

pois se trata de companhia com centenas de milhares de acionistas privados.

O número de estatais no Brasil ainda é alto, tendo sido engordado nos governos Lula/Dilma. Temos 159 empresas federais, sendo que mais da metade depende fundamentalmente de recursos do Tesouro Nacional, o que por só sugere potencial para o fechamento de várias delas. Somem-se algumas dezenas de estatais estaduais, atuando em saneamento, energia elétrica, distribuição de gás, bancos e outros.

Simultaneamente ao aumento de quantidade, as estatais expandiram atividades. Os grandes bancos públicos passaram a ter fatia majoritária no estoque de crédito da economia, investiram em bancos privados, administradoras de cartões de crédito, seguros e turismo. Setores privatizados anteriormente, como fertilizantes e petroquímica, voltaram a ter participação estatal, o que começou a se reverter em 2016 com o programa de desinvestimentos da Petrobras.

No serviço de correios, privatizado em vários países como Alemanha, Japão e Inglaterra, a ECT, estatal que registrou prejuízo de R$2 bilhões em 2015, anunciou o ingresso na telefonia celular. Parece-nos no mínimo iniciativa desastrada, pois se trata de serviço privatizado há duas décadas, com alto índice de cobertura, de 117 celulares/100 habitantes, e mercado em que a estatal não demonstra ter qualquer expertise.

A privatização contribui no curto prazo para abater dívida pública e ao longo do tempo para elevar a produtividade da economia, o que ajudará a nos libertar do anêmico crescimento do PIB per capita de 0,7% ao ano entre 1980 e 2015. Para a realização do potencial de aumento de produtividade é importante que não se repitam os erros do passado. Sempre que possível, as privatizações devem envolver ofertas públicas de vendas de ações.

Paralelamente aos programas de parcerias público-privadas na infraestrutura, desinvestimentos de ativos da Petrobras e Eletrobras (ainda por acontecer) e as privatizações de estatais estaduais, existe um extenso manancial para privatizar. Nesse contexto, seria recomendável a privatização dos Correios e empresas de gestão de portos, vendas de ações de grandes companhias da carteira da BNDESPAR, como Eletrobras, Petrobras, Vale, JBS e Fibria, e das participações do Banco do Brasil e Caixa em bancos privados (Votorantim, Patagonia e Pan-Americano) e no negócio de seguros.

Pesquisador do Centro de Estudos em Crescimento e Desenvolvimento Econômico da FGV e Membro do Conselho de Administração do IBEF Rio de Janeiro.

CFOs buscam aprimorar *insights* para ajudar no crescimento de suas empresas

*Nuno Vieira**

Realizamos em 2016 nossa maior pesquisa com CFOs e líderes de departamentos financeiros das maiores empresas globais de seguros. Como acontece todos os anos, o objetivo da EY Global Insurance CFO Survey foi captar destes profissionais opiniões, prioridades, visões dos modelos operacionais e perspectivas. O último levantamento – que se deu num momento em que o mundo ainda luta para recobrar o crescimento – trouxe algumas boas notícias. As principais foram o fato de eles entenderem seu trabalho como fundamental para o crescimento das companhias e a compreensão de que, cada vez mais, terão de se envolver com dados, tecnologia e pessoas para aprimorem continuamente seus resultados.

Os quase 60 líderes globais entrevistados pela EY na pesquisa apontaram que têm de apoiar os negócios com *insights* e análises cada vez mais claras, perspicazes e oportunas. Afirmaram também que precisam conciliar os novos padrões de contabilidade ora em discussão no mundo com a busca de eficiência via novos modelos financeiros.

Para atingir esses objetivos, algumas prioridades para 2020 em diante foram identificadas. Para 74% dos entrevistados, fornecer melhores insights, inclusive com análises financeiras mais rápidas, pertinentes e integradas, têm alta prioridade. O alinhamento entre informações atuariais, de risco e financeiras vem em segundo lugar, com 48%; seguido por 47% dos respondentes a apontar que têm de melhorar a eficiência com simplificação de processos e automação. Chamaram a atenção também a fatia de 41% dos consultados a apontar uma comunicação rápida e efetiva como fator-chave para prover *insights* tempestivos, ao passo que 33% disseram que cumprir exigências regulatórias e financeiras também é uma preocupação relevante.

Outro aspecto muito importante da pesquisa é o entendimento dos CFOs de que terão responsabilidades cada vez maiores até 2020 e que seus modelos operacionais e financeiros terão de abranger mais dados, tecnologia e pessoas. Integrar fontes de dados, implementar novas tecnologias, automatizar processos básicos e investir na melhoria contínua do capital humano são objetivos que tendem a ganhar importância no médio e longo prazo.

Ante a necessidade de retomar o crescimento, CFOs têm assumido o desafio de, cada vez mais, investir em infraestrutura e TI, sobretudo, na melhoria da tomada de decisões. Há se avançar, contudo, na eficiência das finanças e na busca por prazos mais rápidos, combinando compliance com um modelo operacional eficiente.

** Sócio de Financial Services Risk Management da EY Brasil.*

EY World Entrepreneur Of The Year™

EY Building a better working world

A disrupção desvia seu curso ou inspira seu crescimento?

7 a 11 de junho | Mônaco

Com participação de mais de 60 países e do Empreendedor do Ano Brasil: **Edgard Corona, CEO da Bio Ritmo**!

www.ey.com.br/WEOY #WEOY

© 2017 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.

EY ▸ Fomentando o Empreendedorismo no Mundo

DMCARD E XP

Dos R$ 100 milhões em aportes previsto para 2017, R$ 80 milhões já foram captados em debêntures publicas por meio de uma operação estruturada pela XP Investimentos. Os recursos serão destinados para quitação da segunda debenture emitida em 2014 e para suportar o crescimento orgânico da empresa este ano, previsto em 35%, além de fortalecer seu caixa para prováveis aquisições de carteiras de cartão de credito que estão no horizonte estratégico da empresa para o ano de 2017.

A operação ocorre logo após a DMCard comemorar o ano de 2016 como o primeiro em que a empresa conseguiu ultrapassar R$ 1 bilhão movimentados nos cartões de crédito private label administrados pela companhia. O montante representa um crescimento de 24% quando comparado aos resultados de 2015.

ÁGUA DE COCO OBRIGADO

Referência em água de coco 100% pura, a Obrigado se torna patrocinadora das jogadoras da Confederação Brasileira de Vôlei Elize e Taiana - atletas que colecionam medalhas no circuito nacional e internacional.

Elize, antes de se dedicar ao vôlei era modelo, mas foi em 2004 que começou no esporte e de lá para cá, as conquistas só aumentaram, já Taiana encontrou a paixão pelo vôlei ainda criança. O torneio promete trazer muitas emoções da dupla para os torcedores brasileiros, e a Obrigado contribui para refrescar e hidratar os momentos especiais.

"Para nós é muito bom contar com essa super parceira que é a Obrigado, é muito bom poder ter uma estrutura para poder trabalhar, fazer o que a gente ama e queríamos agradecer essa parceria desde o início desse ciclo olímpico que nós vamos trabalhar nos próximos quatro anos. ", comentam as meninas do vôlei, Elize e Taiana.

A marca baiana que oferece uma linha de produtos saudáveis, livres de conservantes e com o menor teor de sódio do mercado, expande esta ação para outros países como Estados Unidos e Holanda, que também estão patrocinando duplas de vôlei feminino, uma dupla americana e duas duplas holandesas.

OKEAN

Novidade no mercado marítimo brasileiro, o estaleiro Okean, empreendimento dos sócios Nércio Fernandes, Amilton Gutierrez e Katia Fernandes em parceria com o projetista italiano Paolo Ferragni, foi apresentado pela primeira vez no Rio Boat Show, que aconteceu na Marina da Glória, no Rio de Janeiro.

A Okean aposta primeiramente um barco 50 pés e já tem em produção um 80 pés para o fim do ano. Ambos com design único e conceitos muito inovadores.

Estas inovações atreladas ao um design Italiano arrojado e a um acabamento primoroso, faz com que o Okean 50 seja um barco único tanto no Brasil, como no exterior. Um projeto que já chamou a atenção no mercado náutico internacional, com uma unidade já destinada ao maior distribuidor dos EUA.

LAMAS BREW SHOP

O hobby de produzir cerveja em casa, conhecido como homebrewing, torna-se cada vez mais significativo, pois atua não só na formação de profissionais do mercado, mas também como responsável por despertar novos apaixonados pela bebida, o que contribui automaticamente para a valorização do setor no Brasil.

A Lamas Brew Shop tem cumprido seu papel nesse cenário com muito comprometimento ao longo dos últimos 6 anos, através de serviços, cursos e atuando como um importante difusor da cultura cervejeira no país.

PEPSICO

Após divulgar metas ambiciosas para 2025, que visam, dentre outras coisas, promover a diversidade em sua força de trabalho global e apoiar o avanço das mulheres no mercado de trabalho, a PepsiCo Brasil assinou recentemente o acordo de princípios de empoderamento feminino da ONU e adere à iniciativa 'He for She', que determina que homens e mulheres tenham a mesma responsabilidade para alcançar a equidade de gênero. A companhia anuncia no mesmo período novos programas para promover o empoderamento feminino em seu quadro de funcionários, que já conta com 42% de mulheres ocupando cargos de liderança sênior, um percentual bem superior à média do mercado no país.

De acordo com João Campos, presidente da PepsiCo Brasil, o compromisso está claramente em linha com a estratégia da companhia de entregar Performance com Propósito. "Estamos muito honrados em assinar o pacto com a ONU e aderir à iniciativa 'He for She'. Na verdade, a PepsiCo já participa da iniciativa globalmente, mas fazemos questão de reforçá-la aqui no país. Na PepsiCo Brasil nós vivemos intensamente a diversidade e estamos à frente do mercado em termos de equidade de gênero. Só para dar um exemplo, hoje temos mais de 40% de mulheres na nossa liderança sênior. Exemplos como esse permeiam toda a nossa operação, que conta com mais de 13 mil funcionários que representam os mais variados setores da sociedade e refletem a cultura do país, que é tão diversa. E para nós, viver a diversidade traz uma vantagem competitiva; ela fomenta a criatividade, estimula a inovação, e leva a decisões e ações mais alinhadas com o mercado e com a sociedade em que operamos", comenta o executivo.

"A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas é um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que fazem parte da agenda que norteia os países membros das Nações Unidas até 2030. Essa agenda só será alcançada com o envolvimento das empresas, sociedade civil e governos. Os 7 Princípios de Empoderamento das Mulheres, criados em 2010 pela ONU Mulheres e pelo Pacto Global, oferecem orientação para que as empresas possam trabalhar a igualdade de gênero e empoderameno das mulheres dentro da própria empresa, na sua cadeia de valores e nas comunidades onde atuam. Contamos com o compromisso da empresa para avançar a passos mais largos rumo a um Planeta 5050 em 2030", disse Adriana Carvalho, assessora para empoderamento econômico da ONU.

LOS CARPINTEIROS

Composta por mais de 70 obras, a maior exposição já montada pelo coletivo cubano apresenta três eixos temáticos: objeto do ofício, objeto possuído e espaço-objeto.

Por meio da utilização criativa da arquitetura, da escultura e do design, os artistas exploram o choque entre função e objeto com uma forte crítica e apelo social de cunho sagaz e bem humorado.

O público poderá acompanhar todas as fases do coletivo, desde a década de 1990 até obras inéditas, feitas especialmente para esta exposição, que está no CCBB Rio até 2 de agosto.

China e Trump: o que está em jogo?

*Pedro Lopes**

O mundo assistiu apavorado a ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, a maior potência mundial, muitos esperando que fosse o início de uma era sombria na história do mundo: a volta da extrema-direita. E de fato, Trump se mostra disposto a cumprir suas promessas de campanha, tais como o aumento do já existente muro na fronteira com o México e as restrições à imigração "ilegal", como diz o chefe de governo norte- americano. Além da política interna, especula-se quais seriam os rumos da diplomacia americana em relação à China, a nova potência global: seria Trump agressivo o suficiente para aumentar o tom de voz aos chineses?

Uma coisa já é fato: os papéis destes dois gigantes atores na política internacional estão historicamente invertidos. Os Estados Unidos, tradicionais defensores do livre-comércio entre Estados, agora visam dificultar a entrada de produtos estrangeiros em sua economia, uma vez que uma das propostas de campanha de Trump era trazer a indústria perdida para países "periféricos" (a exemplo da China) através de tarifas mais duras, ou seja, protecionismo. Já a China, há alguns anos a segunda maior economia do mundo, deu, através de seu líder, Xi Jinping, uma declaração histórica em defesa do livre-comércio, demonstrando assim claramente a troca de papéis entre ambos os países no cenário do comércio internacional.

Ainda no campo do comércio, e mais precisamente no do livre-comércio, a diplomacia americana sob Trump deu outro passo (ou melhor, recuo) no chamado TPP (Trans Pacific Partnership). Este acordo, negociado no governo Obama, cria uma zona de livre-comércio entre os Estados Unidos e outros onze países, muitos deles vizinhos da China, tais como Vietnã e Japão, e segundo analistas criaria um "cinturão de contenção" em volta de Beijing e, em tese, fortaleceria a economia americana através do comércio com estes países. Trump, em 23 de janeiro deste ano, através de um memorando ordenou a retirada da assinatura do tratado por parte dos EUA, e por consequência a ratificação pelo Congresso e sua entrada em vigor, tudo como parte de sua nova política comercial, avessa ás iniciativas de *free-trade*.

Já no campo de segurança internacional, as relações Washington- Beijing encontram um desafio gigante: a Coréia do Norte. Este país, velho conhecido da comunidade internacional em questões de segurança, possui armas nucleares e testa de meses em meses mísseis balísticos de curto, médio e longo alcances, objetivando assim ter a possibilidade de atacar seus vizinhos e até os EUA com bombas nucleares lançadas através de bases no país. Estes testes, assim como o aumento do arsenal nuclear norte-coreano se apresenta como um dos maiores obstáculos à paz mundial atualmente, visto a recusa de Pyongyang de abandonar tais políticas, apesar de diversas sanções internacionais e o fato do ditador do país, Kim Jong-Un possuir temperamento impulsivo e imprevisível.

A China, aliada histórica da Coréia do Norte, não possui mais as amistosas relações que possuía anteriormente com sua vizinha. Contudo, é de longe o único Estado do mundo capaz de influenciar as decisões de Pyongyang, além de ser o único a possuir laços comerciais expressivos com o país, sendo a Coréia do Norte extremamente dependente do comércio com os parceiros chineses para manter sua economia. Por isso, a comunidade internacional, sobretudo os Estados Unidos, sempre desejaram maior assertividade chinesa nas relações com seu pequeno, porém armado vizinho. Com a administração de Trump frente à Casa Branca,

Washington aumentou o tom e cobrou tal ação dos chineses, visto a inflexibilidade norte-coreana frente aos pedidos ocidentais e de seus demais vizinhos.

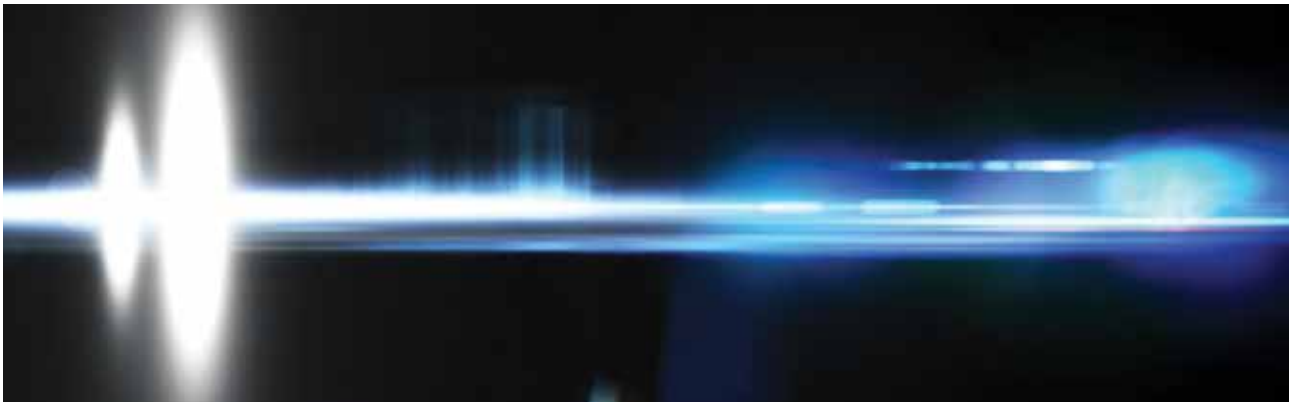
Depois de mais testes balísticos, sendo a maioria direcionados ao mar do Japão, a paciência tanto dos chineses quanto de Trump parece ter acabado: os EUA enviaram uma frota com um porta-aviões ao mar do Japão, elevando as tensões, e a China boicotou o carvão norte-coreano, principal produto de exportação de sua vizinha. Apesar da ameaça de uma guerra nunca ter estado tão próxima, desta vez, pelo menos, a diplomacia sino-americana concordou que Kim Jong-Um havia longe demais e houve uma tentativa por parte de ambos de pressionar o país a abandonar seu programa nuclear e de testes balísticos, um avanço considerável na questão Coréia do Norte, e, portanto, na segurança internacional.

Logo, os primeiros capítulos de uma tensa novela já foram contados. Basta agora esperar os novos episódios a serem desdobrados. O que se pode constatar é que parte das cartas já foram postas à mesa, e pelo visto nem Xi Jinping nem Trump estão de brincadeira. Será que Trump conseguirá manter a hegemonia norte-americana no mundo com a ascensão da China como potência global? Ou será que o declínio é certo e Beijing ocupará o cargo de maior potência mundial em questão de tempo? Somente o tempo nos dirá a resposta destas perguntas.

Aluno de Relações Internacionais da PUC-Rio. Diretor do XIII Modelo Intercolegial de Relações Internacionais e Secretário Acadêmico do II Modelo Diplomático Agostiniano.

Compliance e acordo de leniência: convergência necessária

*Jessé Torres Pereira Junior e Thaís Boia Marçal**



A celebração de acordo de leniência cumpre a lógica da valoração da probidade na gestão do público e do privado, no estado democrático de direito. Tanto que são requisitos a viabilizarem dito acordo que a pessoa jurídica, nos termos do art. 16, §1º, I e II, da Lei nº 12.846/2013: (i) seja a primeira a manifestar-se sobre o seu interesse em cooperar para a apuração do ilícito; (ii) faça cessar o seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo; (iii) admita sua participação no ilícito e coopere, plena e permanentemente, com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até o seu encerramento.

A Medida Provisória nº 703/2015, dentre outras disposições, acrescentava o dever de a pessoa jurídica se comprometer a implementar ou a melhorar os mecanismos internos de integridade, auditoria, incentivo às denúncias de irregularidades e à aplicação efetiva de código de ética e de conduta. Contudo, tal MP não foi convertida em lei, nos termos do 62, §3º, da CRFB/1988, tendo sido publicado pelo Congresso Nacional, no Diário Oficial de 31.05.16, o ato declaratório da perda de sua validade. Projetos de lei diversos tramitam no Congresso Nacional, visando alterações na Lei nº 12.846/2013, como, por exemplo, o PL nº 5.208/2016 e o PL nº 3.636/2015.

Por outro lado, práticas de mercado fundadas na valorização de princípios éticos devem ser objeto de debate público, com o fim de prevenir ações comprometedoras, pela prática de conluios empresariais, da livre concorrência posta como princípio da ordem econômica traçada pela Constituição Republicana de 1988, conluios esses que, como notoriamente apurado, produzem resultados opostos aos da integridade, a convocar para o esforço preventivo e repressivo também o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que se espera apto a avaliar as melhores práticas de integridade.

Nesse contexto, a razão de existir do acordo de leniência o faz convergente com a adoção obrigatória de programas de compliance, não para extirpar do mercado as sociedades empresárias que se deixaram enredar em más práticas, mas para destas livrá-las e habilita-las a honrar, com a seriedade devida, os compromissos com a sua função social, outro dos princípios norteadores da ordem econômica proposta pela Carta Fundamental, sob inspiração do máximo e essencial valor da dignidade da pessoa humana.

**Jessé Torres Pereira Junior, desembargador e professor-coordenador dos cursos de pós-graduação em direito administrativo da Escola da Magistratura e da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.*
Thaís Boia Marçal, mestranda em Direito da Cidade pela UERJ. Especialista em Direito Público pela UCAM. Pós-graduada em Direito pela EMERJ.

Felicidade no trabalho

*Aline Brum e Rannison Silva**

"Felicidade é mais do que um estado de espírito."

Colaboradores felizes são colaboradores melhores. Ou dito de outra forma: colaboradores felizes fazem bem ao seu negócio. Isto é verdade independentemente do seu campo de atuação, indústria ou localização. Um número crescente de pesquisas indica que as empresas de sucesso em todo o mundo têm colaboradores felizes, que são mais engajados, mais leais, mais criativos e mais produtivos do que suas contrapartes menos satisfeitas.

Atualmente, a felicidade no local de trabalho não pode ser vista como algo abstrato e sensível, como apenas mais um benefício para os colaboradores. Em vez disso, há evidências poderosas que mostram que a felicidade do colaborador deve ser uma das suas principais prioridades organizacionais.

ESTADO DE ESPÍRITO

A felicidade não significa se sentir incrível todos os momentos do dia. Estamos todos conscientes de como nossos sentimentos podem variar ao longo da semana ou dia de trabalho. Um colaborador que está frustrado com a falta de progresso em um projeto atual ainda pode ser extremamente feliz no trabalho, desde que o sentimento de insatisfação seja relativamente curto.

Felicidade, então, é mais do que um estado de espírito. É um profundo sentimento de satisfação e sentido gerado ao fazer um bom trabalho, ajudar um colega, receber o reconhecimento pelo seu esforço e outras ações cotidianas semelhantes.

O PODER DA FELICIDADE

A escolha entre uma força de trabalho satisfeita e feliz e uma empresa bem-sucedida e rentável não é binária. É possível ter ambos. Colaboradores felizes são um componente essencial de qualquer negócio em ascendência e trazem inúmeros benefícios às companhias:

- Lealdade: colaboradores felizes são mais leais e ficam mais tempo nas empresas. A redução da rotatividade significa retenção de conhecimento institucional e menor gasto de tempo e dinheiro com contratação e treinamento.

- Engajamento: colaboradores felizes se esforçam para alcançar os objetivos organizacionais definidos. Eles atravessam os períodos difíceis e ajudam a empresa a sobreviver a eles também.

- Inovação e criatividade: colaboradores mais felizes tendem a ser mais inovadores e criativos. As emoções positivas, como o entusiasmo e o interesse, ajudam a ampliar o seu pensamento, consciência e tendência de explorar novas vias e abordagens.

- Saúde: colaboradores felizes são mais saudáveis. O estresse é um dreno não só do sistema imunológico, mas também da organização. Os colaboradores que estão exaustos ou cronicamente frustrados são mais propensos a doenças e absentismo.

**Aline Brum e Rannison Silva são gerentes de recrutamento da Robert Half.*

Nissan em Resende (RJ) completa 3 anos e segue acelerando

Além de celebrar, aniversários são também bons momentos para reflexões. E, ao olhar para os três anos do Complexo Industrial de Resende, no sul do estado do Rio de Janeiro, a Nissan tem três grandes motivos para festejar. Além da própria data, a empresa japonesa comemora o início da produção do Nissan Kicks, terceiro modelo feito na unidade, além da marca de um ano do projeto de exportação, que transformou a fábrica num polo fornecedor para oito países da América Latina.

O Complexo Industrial de Resende é a primeira fábrica 100% Nissan no Brasil. Os primeiros frutos foram o compacto March e o motor 1.6 16V flexfuel, produzidos sob o alto padrão japonês, cuja produções iniciaram-se em 2014. Desde então, a unidade não parou de acelerar. Menos de um ano após o início das atividades, a Nissan começou a produzir também o motor 1.0 12V de três cilindros e o sedã compacto Nissan Versa (abril de 2015). E agora em abril, com investimentos de R$ 750 milhões, o Complexo inicia a produção do crossover compacto Nissan Kicks, um produto criado para ser global.

"O complexo de Resende nasceu com o foco de produzir veículos nos mais rigorosos padrões japoneses de qualidade e os resultados nesses três últimos anos mostram que esse objetivo vem sendo cumprido conforme estabelecido em seu projeto original. A fábrica tem papel fundamental para o crescimento sustentável da Nissan no Brasil e para o fortalecimento da estratégia da companhia para a América Latina, sendo que, com as exportações da produção brasileira, já levamos nossos veículos a oito países da região. Tudo isso só é possível graças ao trabalho e comprometimento de toda nossa equipe", afirma Marco Silva, presidente da Nissan do Brasil.

Atualmente, o Complexo Industrial de Resende conta com cerca de 1.800 funcionários, que respondem por um ciclo de produção completo. As atividades na unidade vão desde a área de estamparia até as pistas de testes, passando pela estamparia, chaparia, pintura, injeção de plásticos, montagem e inspeção de qualidade, além da fábrica de motores. A planta já produziu cerca de 115 mil automóveis nesses três anos.

Para Hitoshi Mano, vice-presidente de Operações e Manufatura da Nissan do Brasil, um dos segredos do sucesso do Complexo é a capacitação dos funcionários. "Além de todos os recursos tecnológicos, um grande diferencial é o forte investimento no treinamento de nossos funcionários. Isto se reflete na qualidade dos nossos produtos. Temos em Resende processos de produção que estão entre os mais bem avaliados em todas as unidades da Nissan no planeta".

A verdade é teimosa

Em novo livro, jornalista reúne 118 artigos que, juntos, funcionam como um diário da crise econômica dos últimos anos.

A crise econômica que se abateu sobre o país em 2015 e 2016 deixou um rombo nas contas públicas, aumentou o desemprego, provocou o retorno da inflação e, depois de muitos momentos críticos, levou ao impeachment da presidente Dilma Rousseff. Segundo Míriam Leitão, esse cenário vinha se desenhando havia pelo menos seis anos e muitos foram os avisos de que as escolhas do governo teriam consequências desastrosas. Em A verdade é teimosa, que a **Intrínseca** lançou em fevereiro, a jornalista afirma que a crise poderia ter sido evitada e deixa em evidência as muitas lições do período para o futuro. A obra reúne 118 artigos da autora, todos publicados no jornal O Globo a partir de 2010. Juntos, eles funcionam como um diário da crise, mostrando seus antecedentes, sua evolução e seus efeitos.

"Falar da crise em 2010 era um atrevimento, porque foi o ano de maior crescimento recente, muita euforia, mas já era possível ver os primeiros sinais", diz, na introdução da coletânea, a autora, que está pelo terceiro ano consecutivo no primeiro lugar do ranking dos "+ Premiados Jornalistas da História" — organizado pela Jornalistas Editora com nomes da imprensa nacional. "Nem tudo se controla. Há eventos em que o país é apenas atingido e precisa reagir para se proteger, como em 2008, na crise financeira global. Muitas vezes, no entanto, o tempo das dificuldades e o tempo da afluência são construídos por escolhas feitas previamente".

Em texto de outubro de 2010, Míriam já chamava a atenção dos leitores para as mudanças empreendidas no regime fiscal pelo governo, que se aproveitava do abalo financeiro internacional para ampliar gastos de forma insustentável e maquiar os números das contas públicas. "Está sendo feito um superávit primário para inglês ver; ele só não pode enganar a nós mesmos, que pagamos a conta", ressaltava a colunista, que retoma questões relacionadas ao descontrole fiscal em vários outros momentos do livro.

www.gaiasilvagaede.com.br

GAIA SILVA GAEDE & ASSOCIADOS | ADVOGADOS

Tributário • Societário • Energia • Oil & Gas
Telecomunicações • Financeiro • Econômico

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO, SP
Rua da Quitanda, nº 126
Fone: +55 11 3797-7400
e-mail: gaiasp@gsga.com.br

RIO DE JANEIRO, RJ
Av. Rio Branco, 116 - 9º, 10º e 15º andares
Fone: +55 21 2506-0900
e-mail: gaiarj@gsga.com.br

CURITIBA, PR
Rua Mal. Deodoro, 344 - 14º andar
Fone: +55 41 3304-8800
e-mail: gaiapr@gsga.com.br

BELO HORIZONTE, MG
Avenida do Contorno, 7069
Salas 508 a 512
Fone: +55 31 2511-8060
e-mail: gaiabh@gsga.com.br

BRASÍLIA, DF
SRTVN Quadra 701 Conj.C nr. 124
Ala A Salas 519 e 521
Fone: +55 61 3327-9947
e-mail: gaiadf@gsga.com.br

SÃO PAULO • RIO DE JANEIRO • CURITIBA • BELO HORIZONTE • BRASILIA

ESCRITÓRIOS CORRESPONDENTES: **BUENOS AIRES • LIMA • SALT LAKE CITY • MIAMI • NEW YORK**

Estudo analisa propostas para regulamentar tratamento de dados pessoais no Brasil

ARTIGO 19 examinou três projetos de lei sobre o tema à luz dos direitos à privacidade e à liberdade de expressão e informação

ARTIGO 19 lançou o estudo "Proteção de Dados Pessoais no Brasil — análise dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional", que se debruça sobre os três projetos de lei (PL) que visam regular a forma como dados pessoais são tratados por empresas e órgãos públicos no país.

"Dados pessoais" é um termo que pode englobar números de documentos, histórico de compras, informações sobre o estado de saúde, preferências políticas, vida conjugal, entre vários outros.

Os projetos analisados foram o PL 5276/2016, proposto pela gestão anterior do Ministério da Justiça, o PL 4060/2012, de autoria do deputado federal Milton Monti (PRB-SP), e o PL 330/2013, apresentado no Senado pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), e cujo texto em apreciação é o substitutivo do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP).

A análise buscou classificar os PLs com base em 15 critérios relativos a tópicos que deveriam ser abordados pelos projetos de forma a proteger os direitos à privacidade e à liberdade de expressão e informação (veja tabela ao fim do texto). Cada um desses critérios foi avaliado como sendo "Satisfatório", "Parcialmente Satisfatório", "Ausente" (quando o tópico não é abordado) ou "Insatisfatório".

Dos três PLs analisados, o que contemplou a maior parte dos critérios é o de número 5276/2016, de autoria do Ministério da Justiça. Em oito dos 15 critérios, o PL obteve a classificação "Satisfatório".

Já o substitutivo do PL 330/2013, do senador Aloysio Nunes, atendeu a cinco critérios satisfatoriamente, menos da metade do total. Em outros seis critérios, o PL obteve as classificações "Ausente" ou "Insatisfatório", o que o coloca em uma posição intermediária entre os três projetos analisados.

Por fim, o PL 4060/2012, proposto pelo deputado federal Milton Monti, é o mais omisso em relação à proteção dos direitos à privacidade e à liberdade de expressão e informação. Apenas um critério foi classificado como "Satisfatório", sendo que outros 10 foram classificados como "Ausente" ou "Insatisfatório".

Para Laura Tresca, oficial de Direitos Digitais da ARTIGO 19, e responsável pelo relatório, o debate em torno da regulamentação do tratamento de dados pessoais no Brasil deve se amparar no PL enviado pelo Ministério da Justiça, visando ainda aprimorá-lo.

"Apesar de cobrir bem diversas questões importantes para a proteção dos direitos à privacidade e à liberdade de expressão e informação, o PL 5276/2016 ainda peca em alguns pontos. Seu texto não é explícito o suficiente em determinar que a lei seria aplicada para todo o setor público, inclusive forças de segurança, tampouco emprega linguagem que garantiria que o chamado "direito ao esquecimento" não possa ser reivindicado para se excluir dados pessoais. Além disso, o PL também não delimita os casos em que dados pessoais poderiam ser cedidos a terceiros para fins de pesquisa estatística. Trata-se de falhas que podem e devem ser corrigidas durante o debate parlamentar", afirma.

Ainda segundo Laura, a participação da sociedade civil é fundamental no processo. "Não por acaso, o PL mais bem avaliado em nossa análise foi o de número 5276/2016, que em sua fase de elaboração foi submetido a uma consulta pública online, na qual participaram dezenas de organizações e especialistas. Isso prova o quanto a participação social é importante para o desenho de políticas públicas", conclui.

Artex faz 80 anos

A Artex comemora 80 anos de história na fabricação de produtos de cama, mesa e banho, expande os horizontes e depois de cinco anos de operação com lojas exclusivas da marca, abre o leque para abertura de franquias. Comprovando que há espaço neste mercado, inaugura, no prazo de um mês, três novas lojas em São Paulo, Rio Grande do Norte e Goiânia. Todas elas, em shopping, nos Shopping Morumbi Town (SP), Midway Mall (Natal - RN) e Buriti Shopping (Aparecida de Goiânia – GO). As novas lojas já chegam com as peças da coleção verão e algumas novidades da coleção outono inverno 2017.

A abertura destas lojas é motivo de muito orgulho e felicidade para a empresa, pois reforça o compromisso em manter a economia do país ativa, gerando empregos, impostos e sobretudo nossa confiança em dias melhores para todos", explica Erich Rodrigues franqueado das Lojas Artex no Midway Mall.

As inaugurações destas lojas fazem parte do projeto de abertura de franquias Artex por todo o país. A jovem rede de varejo conta com 64 lojas em todo o Brasil. Em pouco mais de um ano de oferta de franquias de Lojas Artex, já são 42 lojas próprias e 22 franquias em 14 estados. Mas, os planos são promissores, e o interesse pela abertura de Lojas por todo o país só cresce. A expectativa da empresa Ammo Varejo, que faz a administração da rede de lojas é de que até o final de 2017 sejam mais 20 lojas, no modelo franquia, abertas em todo o país.

Bilheteria Digital se consolida no mercado de eventos.

É possível identificar oportunidades mesmo diante de uma crise econômica. Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Eventos (Abeoc), o mercado de eventos cresce, em média, 14% ao ano. Um exemplo é a Bilheteria Digital, que enxergou nas festas, baladas e shows um mercado promissor.

A Bilheteria Digital www.bilheteriadigital.com.br, empresa que atua no mercado nacional de comercialização de ingressos online, viu no setor uma oportunidade de crescimento. Fundada em 2009 pelos jovens sócios Paulo André Ferreira, Paulo Roberto Assis, Maycon Ferreira e Wagner Ferreira, o negócio começou com investimento de R$ 12 mil e já contabiliza um faturamento de R$ 7 milhões. O crescimento previsto apenas para este ano é de 50%.

A Bilheteria é hoje uma das principais empresas de venda de ingressos online do país. Os dados apontam 680 mil cadastros no Brasil, 15 milhões de bilhetes emitidos e 115 mil downloads do aplicativo para compra de ingressos via celular.

Para o retorno positivo, os investimentos no negócio chegaram a cerca de R$ 1,5 milhão. Recentemente, a empresa também reformulou o site para performar melhor em todos os dispositivos móveis. Ao todo são 12 escritórios instalados nas principais capitais brasileiras, sendo Brasília a sede da companhia, além dos 360 pontos de venda.

Atualmente, a Bilheteria Digital comercializa ingressos de shows, teatro, jogos de futebol, festas, baladas e outros eventos em mais de 17 estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará e Maranhão. O empreendimento também chegou à Bahia, em parceria com a Ticketmix, com expectativa de conquistar 40% do mercado no estado.

A Bilheteria Digital é uma empresa que atua desde 2009 no mercado nacional de comercialização de ingressos, sistema de acompanhamento de vendas e controle de acesso presente em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará, Maranhão e Bahia. Nos últimos dois anos, a empresa investiu R$ 1,5 milhão e a expectativa é que este número aumente 50% em 2017, com investimentos em equipamentos, equipe e marca.

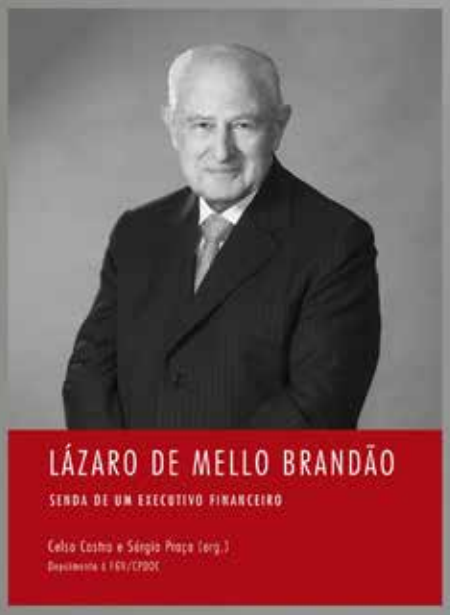
Dominique Marceau é o novo diretor da divisão de produtos da L'Oréal no Brasil

A L'Oréal anunciou seu novo Diretor Geral da Divisão de Produtos de Grande Público (DPGP) no Brasil, Dominique Marceau. Dominique substitui Délio de Oliveira, que assumirá uma posição de grande importância para o Grupo, prevista para ser anunciada em breve. Em seu novo desafio, Dominique se manterá a frente de Niely e passará a dirigir toda a Divisão de Produtos de Grande Público, que engloba as marcas L'Oréal Paris, Garnier, Maybelline NY e Colorama.

Dominique está no Grupo L'Oréal há mais de 20 anos e é um especialista em DPGP. Ele construiu uma sólida carreira em Finanças em países como Marrocos, Espanha e Itália. Depois, na Argentina, ele alcançou excelentes resultados como líder de DPGP em meio a uma crise financeira importante, e recentemente, esteve no México, completando sua experiência em um grande mercado latino-americano, antes de vir ao Brasil.

No fim de 2014, ele foi escolhido para liderar e integrar Niely, marca adquirida pela L'Oréal no Brasil. Desde então, ele construiu um time de sucesso que alcançou excelentes resultados com ótimos lançamentos, escolha correta de porta-vozes, estratégia digital inovadora e grande proximidade às consumidoras. Entre as grandes conquistas de Dominique, destacam-se a renovação completa de Niely Gold, que levou a marca a crescer 12,5% em valor em 2016*; e a consolidação da liderança de Niely no mercado de Coloração, com o lançamento de Brilho & Ton e o sustentável crescimento de Cor & Ton, marca líder de mercado que cresceu 15,8% em valor no último ano*.

*Fonte: Nielsen. Comparativo 2016 vs. 2015



LÁZARO DE MELLO BRANDÃO
SENDA DE UM EXECUTIVO FINANCEIRO

Celso Castro e Sérgio Praça (org.)
Depoimento à FGV/CPDOC

Lázaro de Mello Brandão é um dos mais importantes executivos financeiros da história recente do Brasil.

Este livro registra o que ele percebe como os momentos mais importantes, as características marcantes e os valores centrais da instituição a que dedica 74 dos seus 90 anos de idade.

FGV EDITORA

fgv.br/editora

Dentista é condenado por vender recibos falsos para dedução de imposto de renda

Militar reformado, réu gerou um prejuízo avaliado em mais de R$ 1,5 milhão aos cofres públicos

A Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) condenou por falsidade ideológica um homem acusado de falsificar, ao longo de quatro anos, 210 recibos de prestação de serviços odontológicos. Os contribuintes teriam comprado os recibos para, entre outras finalidades, deduzir o valor na base de cálculo do Imposto de Renda. Segundo a denúncia, os prejuízos à Receita Federal chegaram a 1,5 milhão de reais.

O Ministério Público Federal comprovou que os valores declarados nos recibos são incompatíveis com aqueles constantes nas declarações prestadas pelo réu ao fisco federal. O réu ainda admitiu receber 5% do valor declarado nos recibos falsificados, que eram vendidos em diversas localidades do Mato Grosso do Sul e do interior de São Paulo.

Relator do caso, o desembargador federal André Nekatschalow explica que o crime de falsificação ideológica, previsto no artigo 299, do Código Penal, tem por objeto a fé pública e se refere ao conteúdo intelectual do documento e não a sua forma, cuja falsidade constitui a objetividade jurídica de outro tipo penal, a falsidade documental.

Na falsidade ideológica, escreveu o relator, "embora o documento físico seja idôneo, as declarações nele apontadas são inverídicas ou falsas, de modo que não apenas o poder público é sujeito passivo do delito, pois qualquer pessoa se sujeita a sofrer dano referido no tipo penal".

Um auditor fiscal da Receita Federal relatou que, em procedimento de auditoria, constatou que vários contribuintes faziam deduções com base em serviços prestados pelo réu, que, por sua vez, informava despesas médicas muito elevadas, com objetivo de reduzir a base de cálculo do Imposto sobre a Renda.

Contudo, os valores declarados pelo réu e pelos demais contribuintes eram incompatíveis entre si, o que levou à abertura de procedimento fiscal. O auditor compareceu à residência do réu, em Três Lagoas (MS), juntamente com outros fiscais, ocasião em que o acusado admitiu ter emitido os recibos mesmo sem ter prestado os serviços, e que não havia feito nenhum tratamento médico, sendo indevidas também essas deduções. No mesmo local, situava-se o consultório do réu, que aparentava estar abandonado.

Um outro auditor fiscal que prestou depoimentos na ação esclareceu que anualmente a declaração de Imposto sobre a Renda do réu "incidia em malha", tanto em razão dos elevados valores de rendimentos como devido às altas despesas informadas. Nos primeiros anos, ao ser questionado, o acusado confirmou que os dados apostos em suas declarações eram fidedignos e as declarações foram aceitas.

A reiteração dos fatos gerou a desconfiança de que o réu fosse um "vendedor de recibos", o que motivou os auditores da Receita Federal do Brasil a investigarem também os contribuintes que se beneficiavam com as deduções. Constataram que os recibos eram falsos e vendidos em diversas cidades de Mato Grosso do Sul e São Paulo, sendo que o consultório situava-se em Três Lagoas (MS).

O réu admitiu a falsidade dos recibos e disse que recebia 5% sobre o valor de cada um, mas afirmou que apenas fazia isso por necessidade, pois estava doente e impossibilitado de trabalhar e precisava de dinheiro para pagar os tratamentos de saúde dele e de familiares. Disse estar arrependido e alegou ter devolvido a alguns dos contribuintes a quantia paga pelos recibos falsos.

A pena foi fixada em um ano, nove meses e dez dias de reclusão, em regime inicial aberto, e 17 dias-multa, no valor unitário mínimo, substituída a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito consistentes em prestação pecuniária de 15 salários mínimos e prestação de serviços à comunidade.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TRF3

TRF3 determina que SUS forneça medicamento de alto custo a paciente portadora da doença de Fabry

Medicamento requerido é o único que pode impedir a evolução da doença

A Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) deu provimento ao agravo de instrumento de uma paciente portadora da doença de fabry (CID E 75.2) e determinou que o Sistema Único de Saúde (SUS) forneça a ela o medicamento Fabrazyme, no prazo de cinco dias, a contar da ciência da decisão, sob pena de imposição de multa diária de R$ 10 mil.

A doença de Fabry é uma enfermidade genética, de caráter hereditário, que causa a deficiência ou a ausência da enzima alfa-galactosidase (α-Gal A) no organismo de seus portadores o que interfere na capacidade de decomposição de uma substância adiposa específica, denominada globotriaosilceramida (Gb3). A doença é crônica, progressiva e atinge vários órgãos e sistemas do organismo.

A portadora da doença, que teve o pedido de antecipação de tutela indeferido na primeira instância, recorreu ao TRF3 alegando ser indiscutível a constatação da doença genética e que comprovou a necessidade do medicamento pleiteado, prescrito por médico, pois não há outra terapia de reposição enzimática para o controle da doença.

Ela também afirmou que o tratamento já vem sendo oferecido pelo Poder Público a diversos pacientes e que o medicamento teve seu uso aprovado pela Food and Drug Administration dos Estados Unidos, pela European Medicines Agency e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Ao analisar a questão no TRF3, o relator do processo, juiz federal convocado Paulo Sarno, destacou que os direitos fundamentais do homem à vida e à saúde estão expressamente previstos na Constituição e que compete aos gestores SUS zelar pela dignidade de seus usuários, assegurando-lhes esses direitos.

Apesar de não fazer parte da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) e de nenhum programa de medicamentos de assistência farmacêutica do SUS, o magistrado determinou o fornecimento do medicamento, pois ficou comprovado nos autos sua imprescindibilidade, ante a inexistência de alternativas terapêuticas no âmbito do SUS.

Na decisão, ele pontuou que os documentos médicos trazidos aos autos indicam que a agravante foi recentemente diagnosticada como portadora da doença de fabry, bem como tem indicação de tratamento com o medicamento betafalsidase 35 (Fabrazyme).

"Consoante relatado na petição recursal, a agravante já está sofrendo as complicações da doença, especialmente as gastrointestinais, e o medicamento ora requerido é o único que pode impedir a evolução da doença", destacou.

Para o magistrado, a alegação da União de que o medicamento não se encontra descrito na Rename e que não há comprovação científica de sua eficácia e melhora significativa na qualidade de vida dos pacientes não é suficiente para afastar o direito à saúde e a necessidade do tratamento na forma prescrita pelo médico que trata a paciente.

"Entendo presente a probabilidade do direito da agravante, bem como o perigo de dano irreparável, diante da comprovação de que o medicamento em questão pode beneficiar o tratamento da doença e evitar, inclusive, o óbito", enfatizou.

Agravo de instrumento 0018158-25.2016.4.03.0000/SP

O mercado de satélites e telecomunicações em 2017

O ano de 2017 tem sido de muito crescimento para o mercado de satélites na América Latina. Com a necessidade de crescimento da infraestrutura de telecomunicações e a expansão dos mercados de mobilidade para suportar o aumento de demandas sociais e a continua migração para vídeos de maior qualidade, o novo ano trará grandes possibilidades para as operadoras.

A SES, que se preparou para dois lançamentos-chave (dos satélites SES-10 e SES-14), acredita que a região é fundamental para a expansão das empresas no mundo e receberá ainda mais atenção nos próximos anos devido ao seu potencial de mercado. Abaixo, Jurandir Pitsch, vice-presidente de vendas da SES para América Latina Sul, lista quatro previsões para o mercado de telecomunicação e de broadcasting da América Latina já em 2017.

1. A tecnologia de satélites será fundamental para os projetos de expansão das redes 3G e 4G na América Latina. A expansão das redes 3G e 4G às áreas remotas do Brasil e latino-americanas devem contar com a tecnologia de satélites para a ampliação da infraestrutura de conexão. Com a chegada da geração de satélites HTS (High Throughtput Satellite), o custo-benefício do uso desta tecnologia se tornou ainda mais vantajoso e utiliza o aumento de capacidade dos sinais para ampliar o alcance de redes e de pessoas atingidas pela conectividade.

2. Os mercados aeronáutico e marítimo estarão em franca expansão. Em 2016, a tecnologia de alta conectividade se consolidou nos mercados aeronáutico e marítimo nos Estados Unidos. Já na América Latina, as principais companhias aéreas e de cruzeiros estão adaptando suas aeronaves e navios para prover os clientes com conexão à internet por um custo menor e com maior qualidade a partir do próximo ano. Além disso, as empresas do setor de Óleo e Gás também devem ampliar seus contratos com empresas de satélite, devido ao aumento na demanda por conectividade resultante da adoção de novas tecnologias para navios e plataformas marítimas.

3. Demandas sociais trarão uma nova complexidade ao mercado de Telecomunicações. A alta demanda por conectividade no Brasil e América Latina já é uma realidade. Entretanto, para atender às necessidades de regiões carentes e dos programas governamentais, os provedores precisarão contar com a tecnologia satelital para suprir a todos e permitir a uma nova parcela da população tenha acesso à informação.

4. O mercado de transmissão de vídeos por satélite continuará em crescimento. A distribuição de canais de vídeo via satélite continuará em crescimento contínuo, principalmente devido à migração de SD para HD. Além disso, a chegada do Ultra HD na América Latina também deve ampliar a demanda por capacidade de satélites. Recentemente, a SES registrou 21 canais comerciais UHD em seus satélites para todo o mundo, tendência que deve crescer na região em breve.

SOBRE A SES

A SES (Euronext Paris e Luxembourg Stock Exchange: SESG) é a operadora de satélites líder no mundo, com uma frota de mais de 50 satélites geoestacionários (GEO) e, através da sua subsidiária O3b Networks, 12 satélites de média órbita (MEO). Com foco em soluções “end-to-end” de valor agregado em quatro setores importantes do mercado (vídeo, empreendimento, mobilidade e governo), a SES fornece serviços de comunicação via satélite para emissoras, prestadores de serviços de conteúdo e internet, operadoras de telefonia fixa e móvel, assim como para a negócios e organizações governamentais no mundo todo. A empresa fornece serviços de comunicação via satélite para emissoras e provedoras de serviços de conteúdo e Internet, redes de operadoras de telefonia fixa e móvel, bem como para empresas e organizações governamentais no mundo todo. A frota da SES inclui o sistema de satélite ASTRA, que tem o maior alcance Direct-to-Home (DTH) na Europa. Através da sua posse da O3b Networks, a SES aumentou significativamente a capacidade existente de dados e é a primeira fornecedora de satélites no mundo a proporcionar uma oferta diferenciada e inteiramente escalável de GEO-MEO no mundo inteiro. Outra subsidiária da SES, MX1, é líder em serviço de comunicação e oferece uma série completa de serviços inovadores de vídeo e mídia digital.

MEDITAÇÃO PARA EXECUTIVOS

O **PROJETO CONEXÃO** tem como foco desenvolver a liderança interior e treinar, para se obter uma mente saudável e sabedoria emocional. A meditação é uma excelente ferramenta para diminuir a atividade cerebral, reduzir a pressão arterial e, consequentemente, reduzir o nível de estresse, pois abre-se espaço para o silêncio. O cultivo deste silêncio resulta em uma melhor produtividade a nível profissional.

Leve o PROJETO CONEXÃO para sua empresa.

- Melhora do clima organizacional
- Alívio de dores e estresse
- Melhora da lucratividade

PROJETO CONEXÃO
MEDITAÇÃO CORPORATIVA

- Aumento motivacional
- Redução de Turn Over
- Estimula a cooperação

ESPAÇO Qi
autoconhecimento · sáude · bem-estar

97656-1886
Av. das Américas, 8.505
Sala 207- Ed. Las Palmas- Barra da Tijuca
oespacoqi.com.br- contato@oespacoqi.com.br

oespacoqi | oespacoqi | oespacoqibr

Independência judicial e abuso de autoridade

*Sergio Fernando Moro**

"Lei precisa de salvaguardas expressas parar prevenir a punição do juiz"

FOTO: ADRIANO MACHADO - REUTERS

As Cortes de Justiça precisam ser independentes. Necessário assegurar que os julgamentos estejam vinculados apenas às leis e às provas e que sejam insensíveis a interesses especiais ou à influência dos poderosos.

A independência dos juízes tem uma longa história. Na Idade Média, os juízes do rei se impuseram, inicialmente, às Cortes locais, estas mais suscetíveis às influências indevidas nos julgamentos. Sucessivamente, os juízes se tornaram independentes do próprio rei e, posteriormente, daqueles que o substituíram no exercício do poder central, o executivo ou o parlamento.

Nos Estados Unidos, a independência judicial foi definitivamente afirmada ainda no ano de 1805 com o fracasso da tentativa de impeachment do juiz Samuel Chase da Suprema Corte. O *impeachment* foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas foi rejeitado no Senado. Tratava-se de tentativa do então presidente Thomas Jefferson, notável por outras realizações, de obter domínio político sobre a Suprema Corte. O célebre John Marshall, então juiz presidente da Suprema Corte, afirmou, sobre o episódio, que o impeachment tinha por base o equivocado entendimento de que a adoção por um juiz de uma interpretação jurídica contrária à legislatura tornaria-o suscetível ao impeachment. A recusa do Senado, mesmo pressionado pela Presidência, em aprovar o *impeachment* propiciou as bases da tradição de forte independência das Cortes norte-americanas e que é uma das causas da vitalidade da democracia e da economia daquele país.

No Brasil, a independência das Cortes de Justiça é resultado de uma longa construção, trabalho não de um, mas de muitos.

Seria, porém, injustiça não reconhecer a importância singular de Rui Barbosa nessa construção.

Rui Barbosa é um dos pais fundadores da República. Foi o maior jurista e o mais importante advogado brasileiro. De negativo em sua história, apenas o seu envolvimento na política econômica do encilhamento, a confirmar o ditado de que bons juristas são péssimos economistas e vice-versa.

Rui Barbosa assumiu a defesa, no final do século XIX, do juiz Alcides de Mendonça Lima, do Rio Grande do Sul. O juiz, ao presidir julgamento pelo júri, recusou-se a aplicar lei estadual que eliminava o voto secreto dos jurados, colocando estes a mercê das pressões políticas locais.

O então presidente do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, contrariado, solicitou que fosse apurada a responsabilidade do "juiz delinquente e faccioso". O tribunal gaúcho culminou por condená-lo por crime de abuso de autoridade.

Rui Barbosa levou o caso até o Supremo Tribunal Federal, através da Revisão Criminal nº 215.

Produziu, então, um dos escritos mais célebres do Direito brasileiro, "O Jury e a responsabilidade penal dos juízes", no qual defendeu a independência dos jurados e dos juízes. Argumentou que um juiz não poderia ser punido por adotar uma interpretação da lei segundo a sua livre consciência. Com a sua

insuperável retórica, afirmou que a criminalização da interpretação do Direito, o assim chamado crime de hermenêutica, "fará da toga a mais humilde das profissões servis". Argumentou que submeter o julgador à sanção criminal por conta de suas interpretações representaria a sua submissão "aos interesses dos poderosos" e substituiria "a consciência pessoal do magistrado, base de toda a confiança na judicatura", pelo temor que "dissolve o homem em escravo". Ressaltou que não fazia defesa unicamente do juiz processado, mas da própria independência da magistratura, "alma e nervo da Liberdade".

O Supremo Tribunal Federal acolheu o recurso e reformou a condenação, isso ainda nos primórdios da República, no distante ano de 1897.

Desde então sepultada entre nós a criminalização da hermenêutica, passo fundamental na construção de um Judiciário independente.

Passado mais de um século, o Senado Federal debruça-se sobre projeto de lei que, a pretexto de regular o crime de abuso de autoridade, contém dispositivos que, se aprovados, terão o efeito prático de criminalizar a interpretação da lei e intimidar a atuação independente dos juízes.

Causa certa surpresa o momento da deliberação, quando da divulgação de diversos escândalos de corrupção envolvendo elevadas autoridades políticas e, portanto, oportunidade na qual nunca se fez mais necessária a independência da magistratura, para que esta, baseada apenas na lei e nas provas, possa determinar, de maneira independente e sem a pressão decorrente de interesses especiais, as responsabilidades dos envolvidos, separando os culpados dos inocentes.

Ninguém é favorável ao abuso de autoridade. Mas é necessário que a lei contenha salvaguardas expressas para prevenir a punição do juiz — e igualmente de outros agentes envolvidos na aplicação da lei, policiais e promotores — pelo simples fato de agir contrariamente aos interesses dos poderosos.

A redação atual do projeto, de autoria do senador Roberto Requião e que tem o apoio do senador Renan Calheiros, não contém salvaguardas suficientes. Afirma, por exemplo, que a interpretação não constituirá crime se for "razoável", mas ignora que a condição deixará o juiz submetido às incertezas do processo e às influências dos poderosos na definição do que vem a ser uma interpretação razoável. Direito, afinal, não admite certezas matemáticas.

Mas não é só. Admite, em seu art. 3º, que os agentes da lei possam ser processados por abuso de autoridade por ação exclusiva da suposta vítima, sem a necessidade de filtro pelo Ministério Público. Na prática, submete policiais, promotores e juízes à vingança privada proveniente de criminosos poderosos. Se aprovado, é possível que os agentes da lei gastem a maior parte de seu tempo defendendo-se de ações indevidas por parte de criminosos contrariados do que no exercício regular de suas funções.

Há outros problemas na lei, como a criminalização de certas diligências de investigação ou a criminalização da relação entre agentes públicos e advogados, o que envenenará o cotidiano das Cortes.

Espera-se que uma herança de séculos, a construção da independência das Cortes de Justiça, não seja desprezada por nossos representantes eleitos. Compreende-se a angústia do momento com a divulgação de tantos casos de corrupção. Mas deve-se confiar na atuação da Justiça, com todas as suas instâncias, para realizar a devida depuração. Qualquer condenação criminal depende de prova acima de qualquer dúvida razoável. A aprovação de lei que, sem salvaguardas, terá o efeito prático de criminalizar a hermenêutica e de intimidar juízes em nada melhorará a atuação da Justiça nessa tarefa. Apenas a tornará mais suscetível a interesses especiais e que, por serem momentâneos, são volúveis, já que — e este é um alerta importante — os poderosos de hoje não necessariamente serão os de amanhã.

Rui Barbosa também foi Senador da República. É o seu busto que domina o Plenário do Senado. Espera-se que a sua atuação como um dos fundadores da República e em prol da independência da magistratura inspire nossos representantes eleitos.

Artigo publicado no site do Jornal O GLOBO, dia 26/04/2017

**** Juiz federal.***

O governo cedeu às pressões dos grupos que fizeram campanha política contra a Reforma da Previdência

*Carlos Heitor Campani e Sandro Azambuja**

Muito se debate a respeito de novas regras para a aposentadoria, que são, claro, importantes tendo em vista a dinâmica demográfica brasileira em curso. Entretanto, salta aos olhos o fato de que nada venha sendo discutido a respeito do plano de custeio atual, que ano após ano vem gerando déficits preocupantes.

Em análise anterior, propusemos utilizar o montante do déficit do ano anterior para gerar alíquotas adicionais às atuais dos participantes ativos e das empresas, além da criação de uma alíquota para aposentados e pensionistas, porque entendemos que todos devem coparticipar, aliás como já ocorre na previdência complementar. Esse mecanismo permitiria alterar as alíquotas das faixas 8%, 9% e 11% (dos trabalhadores) e 20% (das empresas) para, respectivamente, 8,9%, 10%, 12,2% e 22,2%, além da criação de uma alíquota de 10,9% aplicada sobre os benefícios dos assistidos. O novo custeio seria dinâmico, anualmente revisto, tal como ocorre, por exemplo, com a tabela de imposto de renda e o próprio salário mínimo. Tal mecanismo seria meio caminho para tornar o sistema sustentável, garantindo desta forma os direitos de longo prazo para todos os participantes do sistema INSS.

Não obstante a falta de discussão do plano de custeio, o atual recuo nas propostas, identificado na apresentação do relatório no Congresso em 19/04, constitui-se numa meia pá de cal nos esforços produzidos pelo secretário Marcelo Caetano e sua equipe. Em uma semana onde até vidraças foram quebradas no prédio onde ocorrem as sessões plenárias, o governo se acovardou e cedeu muito além do que poderia e deveria.

As alterações de última hora feitas nas regras dos benefícios da clientela Rural (que apresentou um déficit de 92,8% no pagamento anual dos seus benefícios em 2015) podem acabar fazendo com que a atual reforma produza resultados tímidos e pouco eficazes. Tais alterações farão com que essa categoria de participantes continue tendo um tratamento especial que o país não tem condições de suportar. A separação entre trabalhadores urbanos e rurais, outrora justificável, soa ultrapassada e descabida. Isso sem falar nas inúmeras falhas do processo de concessão dos benefícios rurais.

Pois bem, convenhamos: um sistema de concessão onde é necessária, dentre outras, a emissão de um certificado por parte de sindicatos e associações rurais para comprovar que tal indivíduo trabalhou a quantidade mínima de anos no campo e ao mesmo tempo existir convênios entre essas entidades certificadoras e o INSS, garantindo que a contribuição sindical ou associativa seja debitada diretamente do benefício do ex-trabalhador rural, está fadado à ocorrência de fraudes das mais diversas. Hoje os benefícios dos trabalhadores rurais são essencialmente assistencialistas.

Em um país onde o número de smartphones está perto de atingir o número total da população brasileira, não é mais possível afirmar que a situação dos trabalhadores rurais seja a mesma da década de 60 e 70, quando foram criadas as regras previdenciárias distintas (com o posterior advento do FUNRURAL). É preciso deixar claro que a previdência não é o melhor meio através do qual se solucionam problemas existentes no mercado de trabalho. Mais ainda, ao faltar recursos para o pagamento de benefícios, as alternativas viáveis necessariamente exigirão um aumento na carga tributária em algum momento. Logo, não existe cafezinho grátis, muito menos na previdência.

**Carlos Heitor Campani é Ph.D. em Finanças e professor do Instituto COPPEAD de Administração da UFRJ.*
Sandro Azambuja é atuário e estatístico, professor da UFF e doutorando em Finanças do COPPEAD

CEO Hering figura no ranking dos 100 líderes de negócios no Brasil

O CEO da Cia. Hering, Fábio Hering, acaba de ser reconhecido como um dos líderes de negócios com melhor reputação no Brasil, de acordo um levantamento realizado pela consultoria espanhola Merco e obtido com exclusividade pela Revista Exame. O executivo ganhou posições com relação ao último balanço de 2014 e hoje aparece em 17º classificação no ranking geral.

Mais de dois mil profissionais foram consultados durante o levantamento, que os classificou em três principais grupos: executivos, especialistas (como analistas financeiros) e consumidores.

A pesquisa considerou alguns critérios para avaliação dessas lideranças como: a visão estratégica e comercial, a capacidade de inovar, de unir equipes, de fomentar a ética, de se projetar internacionalmente e também a capacidade de se comunicar.

Em seus 136 anos, a Cia. Hering já vestiu pelo menos quatro gerações de brasileiros. A empresa, uma das maiores do Brasil em seu setor de atuação, é também uma das mais influentes, devido ao seu histórico e à constante atualização que transformou a marca Hering em sinônimo de moda casual. Ao longo desse período de atuação, a Cia. Hering se reinventou por muitas vezes. Hoje, conta com cerca de 8 mil colaboradores e desenvolve um modelo de negócios a partir da produção própria, outsourcing e terceirizadas, além da gestão das marcas: Hering, Hering Kids, PUC e DZARM. e dos canais de distribuição: lojas próprias, franquias, webstores e varejo multimarcas. Os produtos comercializados incluem toda a linha de vestuário e acessórios de moda e básicos para os públicos feminino, masculino e infantil. Atualmente, a empresa possui dois centros de distribuição, localizados em Santa Catarina e Goiás, três unidades produtivas em Santa Catarina, cinco em Goiás e mais uma unidade no Rio Grande do Norte, além de duas sedes administrativas: uma em Blumenau e outra em São Paulo.

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Tel: (021) 2217-5555 Fax: (21) 2262-6247- www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2015/2017 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *Márcio João de Andrade Fortes*

Vice-presidente - *Theophilo de Azeredo Santos*

Membros - *Eduardo Felipe de Jesus Teixeira, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Jorge Saul Doctorovich, José Carlos Monteiro, Roberto Procópio de Lima Netto, Sérgio Burrowes Raposo e Thomas Klien.*

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - *Ricardo Emmanuel Vieira Coelho*

1º Vice-presidente - *Gustavo Damázio de Noronha*

Vice-presidentes - *Sérgio Burrowes Raposo e Stefan Alexander.*

Secretário Geral - *Marcos Chouin Varejão.*

DIRETORIA VOGAL

Consultar em: *www.ibefrio.org.br/secoes/page/64/diretoria-vogal*

CONSELHO FISCAL

Presidente - *Claudio Roberto Contador*

Membros - *Luiz Affonso Neiva Romano e Raul Christiano de Sanson Portella*

Suplentes - *Aldo Henrique Ramos e Jorge Nisenbaum.*

CONSELHO CONSULTIVO

Conselheiros - *Ary da Silva Graça Filho, José Carlos Monteiro, Ney Roberto Ottoni de Brito, Orlando Galvão Filho, Reynaldo Vilardo Aloy, Roberto Procópio de Lima Netto, Theophilo de Azeredo Santos e Valmar Souza Paes.*

Secretário Geral - *Marcos Chouin Varejão.*

Diretoria Adjunta

Diretores - *Aldo Henrique Ramos, Aloysio Sérgio Fagundes de Azevedo, Luiz Antonio Ferreira de Queiroz e Roberto Haddad.*

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theophilo de Azeredo Santos e Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição
Simone Lira e Graziele Costa

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Banco de imagens Red Design
Sergio Moro -Adriano Machado - Reuters

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Taxa de juros em queda traz oportunidades de investimentos

*Felipe de Oliveira Azevedo**

No atual cenário de queda de juros, quem tem investimentos deve estar se perguntando se vale a pena manter suas aplicações em renda fixa mesmo com a tendência de uma taxa de juros ainda menor daqui em diante. A resposta é sim, a renda fixa continua vantajosa mesmo com esse novo cenário.

Apesar da expectativa de uma queda maior na SELIC, a taxa de juros real (juros menos inflação) deve ficar em um patamar bastante elevado. Mesmo em meio ao ciclo de redução de juros, que em tese favorece o deslocamento do aplicador para opções de investimentos de maior risco, as aplicações em renda fixa devem representar por um bom tempo a maior parcela das aplicações financeiras dos investidores.

Contudo, aquele investidor que ficou acostumado a uma rentabilidade acima de dois dígitos ao ano vai ter de se mexer um pouco mais a partir de agora para conseguir este mesmo retorno. É necessário informar-se sobre as ofertas disponíveis no mercado para, conforme sua disponibilidade de capital, montar sua carteira. O primeiro passo é entender qual é o perfil de risco do investidor para saber como ele está disposto a fazer mudanças que possibilitem uma maior rentabilidade.

Para aplicações mais conservadoras, a poupança volta a ganhar força, principalmente para o pequeno investidor que deseja liquidez imediata. Em razão da isenção de Imposto de Renda para Pessoa Física e simplicidade, o produto torna-se ainda mais atrativo. Outras opções são os títulos tradicionais de Renda Fixa (CDB dos bancos, RDC para as cooperativas de crédito). Este tipo de investimento é como um "empréstimo" realizado pelo investidor ao banco, que oferece ótimos rendimentos. Nestes produtos, a rentabilidade pode ser atrelada ao Depósito Interfinanceiro (chamado de DI ou CDI) ou pré-definida no momento da aplicação.

Em relação às opções de aplicações para diversificação de portfólio, pode-se optar pelos Fundos de Investimentos. Há fundos expostos a todo tipo de mercado, da renda fixa mais conservadora a fundos que investem em várias classes de ativos. Por meio dos fundos, o investidor terá acesso a uma gestão profissional e a uma carteira já diversificada, ainda que em uma única classe de ativos. E tudo isso com bem menos recursos do que seriam necessários para montar uma carteira por conta própria.

Para os investidores de perfil moderado e arrojado, que buscam retorno mais significativos no médio e longo prazo, uma das apostas para o cenário de juros a um digito são os fundos de investimentos classificados como Multimercados, ou seja, aqueles compostos por um mix de ativos (cambio, derivativos, ações e renda fixa).

Diante deste cenário de queda de juros, a diversificação de aplicações bem feita é a melhor amiga dos investidores que querem mitigar riscos e garantir uma boa rentabilidade no médio e longo prazo. Ela é muito importante na construção de patrimônio e deve ser elaborada de acordo com os objetivos de quem investe.

O Sicredi, instituição financeira cooperativa com 3,5 milhões de associados e atuação em 20 estados brasileiros, oferece essas e outras alternativas, com um portfólio completo para atender os associados, desde o pequeno poupador até o grande investidor.

** Felipe de Oliveira Azevedo, Gerente de Produtos de Investimento do Banco Cooperativo Sicredi .*

CASA DA CRIAÇÃO

Prevenção é o caminho da longevidade com autonomia.

- Conheça os fatores de risco para a sua saúde
- Check-up médico, sua segurança empresarial
- Resultados em 24 horas úteis
- Todos os exames em um mesmo lugar, em apenas 5 horas
- Ambientes modernos, longe de grandes centros de diagnósticos e de hospitais
- De manhã e à tarde, nas 2 unidades, de segunda a sábado

O MELHOR PARA SUA SAÚDE. FAÇA SEU CHECK-UP.

Diretor técnico: Dr. Gilberto Ururahy – CREMERJ: 52.33496-3

MED·RIO CHECK-UP

25 ANOS. 100 MIL CHECK-UPS. SEMPRE À FRENTE

BOTAFOGO | Tel.: 2546-3000 • BARRA | Tel.: 3252-3000 | agenda@medrio.com.br | www.medrio.com.br

mcgarrybowen

ex·pe·ri·ên·ci·a
(substantivo feminino)

1 Do latim ***EXPERIENTIA***. Conjunto de conhecimentos, aprendizados e habilidades adquiridos com o exercício constante, que constituem aquisições vantajosas por meio da prática ou vivência, aprimorando-se com o passar do tempo.

2 Profundo conhecimento de práticas de mercado com capacidade de reflexão e criação de novas soluções, transformando dados confiáveis em oportunidades de negócio, promovendo experiências únicas para cada cliente, consumidor, parceiro e colaborador e, principalmente, gerando mais valor para sua marca.

Termos relacionados:
Acelerar a transformação digital, estimular a inovação, transformar dados em oportunidades de negócio, criar experiências diferenciadas para os clientes.

pwc

O mundo pede novas leituras.
www.pwc.com.br/imperativos-negocios

Baixe gratuitamente o aplicativo PwC BR na App Store.

PwC Brasil
@PwCBrasil
@pwcbrasil
PwC Brasil
PwCBrasil
PwC Brasil

© 2017 PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. Todos os direitos reservados. Proibida a distribuição sem a prévia autorização da PwC. O termo "PwC" refere-se à PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. de firmas membro da PricewaterhouseCoopers, ou conforme o contexto determina, a cada uma das firmas membro participantes da rede da PwC. Cada firma membro da rede constitui uma pessoa jurídica separada e independente. Para mais detalhes acerca do network PwC, acesse: www.pwc.com/structure